



portalbenews.com.br

INSIGHT Frederico Bussinger:
regulamentar a OIT-169 é urgente
para destravar a infraestrutura
▶ **p3**



OPINIÃO Alfredo Rodrigues:
tecnologia avança, mas formação
marítima precisa acompanhar
▶ **p9**



Divulgação

Brasil se prepara para estreia comercial de aeronaves elétricas em 2028



Anac e Eve projetam início das operações de eVTOLs; trajeto entre a Zona Sul de São Paulo e Guarulhos é estimado em 12 minutos ▶ **p10**

Divulgação



TCP bate recorde de exportação de carnes e congelados

▶ **p8**

AVIAÇÃO Falha global no GPS leva Azul a cancelar mais de 80 voos
▶ **p11**

LOGÍSTICA Shein amplia operação e prevê 850 contratações até dezembro
▶ **p11**

PETRÓLEO E GÁS Petrobras mantém E&P como prioridade e amplia busca por novas reservas
▶ **p16**

EDITORIAL

A estratégia de desenvolvimento da Petrobras

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, apresentou nessa quarta-feira, dia 23, na J.Safrá Investment Conference, em São Paulo (SP), a estratégia que confirmou o que o mercado já percebia: a estatal brasileira está em modo agressivo de expansão exploratória. Oito contratos de partilha de produção na Costa do Marfim na semana passada, memorando de entendimento com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique assinado nessa quarta-feira, avanço nos estudos do bloco colombiano GUA-OFF-0 após descoberta de gás no poço Sandia-1 em agosto, campos maduros da Bacia de Campos com 82% do potencial ainda por produzir e perspectiva de autossuficiência em diesel no próximo quinquênio. É um portfólio que qualquer grande empresa de petróleo do mundo reconheceria como estratégia de crescimento. O que o Brasil precisa avaliar é se essa estratégia está alinhada com as prioridades nacionais que vão além do balanço da Petrobras.

A expansão para a África é a frente que mais exige análise cuidadosa. A Costa do Marfim e Moçambique têm bacias com características geológicas que Chambriard descreve como similares às brasileiras, especificamente ao pré-sal, cujo modelo de exploração em águas profundas a Petrobras domina com proficiência rara no mundo. Faz sentido que a estatal leve esse conhecimento para outros ambientes onde ele gera vantagem competitiva real. O ponto que o Governo Federal e o Congresso precisarão monitorar é a alocação de capital: uma empresa com capacidade de investimento limitada que expande simultaneamente para Costa do Marfim, Moçambique, Colômbia, Margem Equatorial brasileira e campos maduros da Bacia de Campos, está fazendo apostas que precisam ser hierarquizadas. Quando Chambriard diz que “onde tiver similaridade com o Brasil na África, vamos estudar”, a questão para o acionista controlador — o Governo Federal — é: essa exploração africana compete com o desenvolvimento da Margem Equatorial, ou o complementa com diversificação de risco de portfólio?

A Margem Equatorial é o dado mais estratégico da agenda doméstica da Petrobras — e o que recebeu menos detalhe na apresentação dessa quarta-feira. A descoberta no poço Morpho, anunciada em agosto, foi o evento que confirmou a potencialidade da bacia da Foz do Amazonas. Mas a Margem Equatorial é uma fronteira que exige licenciamento ambiental de alta complexidade — o Ibama já negou um pedido anterior —, consulta prévia a comunidades costeiras e indígenas em área sensível e desenvolvimento de tecnologia de resposta a emergências em ambiente marinho tropical que o País ainda não tem em escala. A pergunta que o investidor na J.Safrá e o cidadão brasileiro precisam responder juntos é: em que prazo a Margem Equatorial se torna produção real, e quanto capital a Petrobras está alocando para garantir esse prazo?

A perspectiva de autossuficiência em diesel no próximo quinquênio é, provavelmente, o anúncio de maior impacto imediato para a economia brasileira, entre os apresentados por Chambriard. O Brasil importa diesel em volumes relevantes, o que cria vulnerabilidade com as oscilações de preço internacional — a mesma vulnerabilidade que se manifestou na crise do QAV no primeiro semestre, quando a alta do petróleo no Oriente Médio se transmitiu rapidamente para o custo operacional das companhias aéreas. A autossuficiência em diesel reduziria essa transmissão de preço para o segmento de transporte rodoviário de cargas, que responde por 65% do escoamento de bens no Brasil, e diminuiria a pressão sobre o balanço de pagamentos em momentos de crise energética global. Que a presidente não tenha comentado o risco de Trump suspender exportações americanas de diesel para o Brasil é uma omissão que o mercado notou — e que sugere que a resposta da companhia a esse cenário ainda está sendo formulada internamente.

A estratégia da Petrobras apresentada nesta semana é coerente como estratégia empresarial. E o Brasil precisa garantir que ela seja igualmente coerente como política energética nacional. A estatal que investe em Costa do Marfim e Moçambique enquanto o Governo Federal debate o papel dos minerais críticos, o desenvolvimento do SAF, o hidrogênio verde e a descarbonização do transporte marítimo é a mesma empresa que o presidente Lula cobrou, em julho, para ser a financiadora da inovação brasileira. Essas duas dimensões — a empresa que busca reservas globalmente e a estatal que financia a transição energética nacional — precisam ser geridas com clareza sobre o que é prioridade quando o capital não é ilimitado. A Petrobras mostrou que sabe o que quer como empresa. O Governo Federal precisa mostrar que sabe o que quer da Petrobras como política de Estado.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
10 Aeronaves elétricas têm estreia comercial prevista no Brasil para 2028

- EDITORIAL
- 2 “A estratégia de desenvolvimento da Petrobras”
- INSIGHT
- 3 “Afinal uma primeira proposta para regulamentar a OIT-169”, por Frederico Bussinger
- HUB
- 4
- POLÍTICA
- 4 Renan denuncia ao TSE interferência estrangeira
- 6 Flávio Bolsonaro pede a Mendonça para abrir inquérito contra Lula
- 7 Caído ataca Flávio por criticar Tigrinho e “defender as bets”
- TRANSPORTES | PORTOS
- 8 TCP bate recorde na exportação de carnes e congelados
- TRANSPORTES | NAVEGAÇÃO > OPINIÃO
- 9 “O marítimo digital: um desafio para as ambições brasileiras na navegação”, por Alfredo Rodrigues
- TRANSPORTES | AVIAÇÃO
- 11 Falha global no GPS leva Azul a cancelar mais de 80 voos
- LOGÍSTICA
- 12 Shein amplia operação logística e prevê 850 contratações até dezembro
- LOGÍSTICA | OPINIÃO
- 13 “O diesel que não foi consumido também faz parte do resultado”, por Beto Umbuzeiro
- BRASIL EXPORT
- 14 Fórum Nacional debate políticas de inovação no sistema portuário
- MINERAÇÃO
- 15 TGM e EDEM fecham negócio de US\$ 5 milhões com terras raras
- PETRÓLEO E GÁS
- 16 Petrobras mantém E&P como prioridade e amplia busca por novas reservas
- 17 ANP aplica mais de R\$ 200 milhões em multas por aumentos abusivos de combustíveis
- INDÚSTRIA
- 18 MP-SP recomenda congelar aporte de mais de US\$ 400 milhões da Braskem
- INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
- 19 Cade arquiva investigação sobre parceria entre Amazon e Anthropic
- FINANÇAS
- 20 Dólar sobe 1,28% e alcança maior valor de fechamento em setembro
- JUSTIÇA
- 21 Zanin nega pedido para obrigar Senado a instalar CPI do Master
- 22 Zambelli pede salvo-conduto para vir ao Brasil votar na mãe
- INTERNACIONAL
- 23 Com Milei, Argentina fecha 31 mil empresas e 245 mil empregos
- 24 Programa nuclear do Irã não visa bomba atômica, diz Pezeshkian



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor | Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editora-executiva | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design - Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br





FREDERICO BUSSINGER

Consultor, engenheiro e economista. Conselheiro do Fórum Brasil Export. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secretário-executivo do Ministério dos Transportes
opinioao@portalbenews.com.br

▶ PLANEJAMENTO

Afinal, uma primeira proposta para regulamentar a OIT-169

Proposta de anteprojeto de lei para regulamentar a “Consulta Livre, Prévia e Informada - CLPI”, prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi apresentada em seminário promovido pela Comissão de Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Sustentável da OAB-SP, realizado no último 10 de setembro: evento e destaques estão bem descritos em reportagem do BE News do dia seguinte.

Desconsiderada em mais de duas décadas de sua vigência no Brasil (desde 2003), a regulamentação das CLPIs (e da OIT-169, de forma geral) tornou-se uma necessidade ingente e urgente para que elas possam ser realizadas e cumprir seu desiderato. Sem isso, a implantação de infraestruturas logísticas e de energia seguirão encontrando grandes dificuldades no País. Por exemplo, 17 dos 20 principais projetos infraestruturais do País, atualmente patinando, têm, direta ou indiretamente, a OIT-169 como uma de suas causas/alegações. BR-319, dragagens hidroviárias, Pedral do Lourenço e Ferrogrão são alguns dos exemplos, como o foi o linhão de energia Manaus-Boa Vista por 11 anos.

Nunca é demais lembrar que, na ausência do estado e de atividades lícitas, as atividades ilícitas encontram maior facilidade para prosperar. Aliás, é o que bem registra o mais recente “Informe Especial” do “Fórum Brasileiro de Segurança Pública” sobre a Amazônia, divulgado em NOV/25.

Aliás, essa não é uma preocupação apenas dos ministérios e das agências reguladoras setoriais, tampouco do setor empresarial: tanto o Ibama, como o Tribunal de Contas da União (TCU), como a própria OIT, registram esse vácuo normativo e clamam por regulamentação da OIT-169.

O Supremo Tribunal Federal (STF), todavia, foi além, endossando, na prática, a lacuna e a necessidade: ao julgar ação sobre mineração em terras indígenas (Mandado de Injunção MI-7156, apresentado pela Coordenação das Organizações Indígenas do Povo Cinta Larga - PATJAMAAJ), fixou regras provisórias e deu prazo de 24 meses para que o Congresso Nacional regulamente a matéria.

A proposta

O anteprojeto apresentado, acompanhado de exposição de motivos e notas explicativas, visa estabelecer procedimentos para a realização das CLPIs. Mas a preocupação e o objetivo último da comissão é, por um lado, dar maior previsibilidade à aplicação do instrumento e, por outro, tornar efetivo um direito já reconhecido.

Estruturalmente, ele é composto por 11 capítulos, 54 artigos e quatro anexos operacionais. Parte da premissa que consulta e licenciamento ambiental são processos autônomos: a consulta não é etapa da licença — sua matriz é trabalhista e de direitos humanos, não ambiental — e essa separação permite que ambos os processos corram em paralelo, sem que um paralise o outro.

A titularidade jurídica da consulta permanece com a União (signatária da OIT-169), indelegável. A execução material — logística, custos, etc — cabe ao empreendedor, sob protocolo estatal vinculante e validação posterior

do Estado, no mesmo desenho dos padrões internacionais de financiamento de projetos. Ou seja: quem decide não executa; quem executa não decide.

Os anexos definem raios de presunção de afetação por tipo de obra — 40 km para hidrelétricas na Amazônia Legal, 3 km para linhas de transmissão fora dela —, retirando a subjetividade de quem consultar. Três ritos graduam o procedimento à complexidade do projeto: 60, 180 ou 270 dias, no máximo; prazos que correm contra o empreendedor e, principalmente, o poder público. O silêncio estatal opera a favor do andamento: plano de trabalho não homologado em 45 dias presume-se aprovado; parecer técnico não emitido em 60 dias presume-se adequação.

E algo essencial, principalmente para ferrovias e rodovias: é prevista a possibilidade de consulta agregada, evitando-se processos pulverizados. A Ferrogrão é um exemplo prático: ela só faz sentido se implantada em sua totalidade (ou por trechos que lhe garanta uma mínima funcionalidade), certo? Ao longo do seu trajeto é possível haver inúmeros “povos interessados” (19, no caso, segundo “Recomendação” do Ministério Público Federal que suspendeu uma de suas audiências públicas, no final de 2017). O que fazer se alguns “decidem” (sic!) em favor da implantação da ferrovia e outros não? Como encaminhar? Foram questões levantadas em “Ferrogrão traz à baila uma governança engripada”, artigo do articulista publicado na sequência da suspensão da audiência pública (18/NOV/2017).

Toda interação gera prova: atas bilíngues, registro audiovisual com cadeia de custódia, diário de consulta em plataforma digital. Cumpridas as quatro fases, o projeto adquire presunção de adequação procedimental — só derrubável com prova concreta de fraude, e não por liminares genéricas. Em contrapartida, obras de alto impacto exigem observador independente e auditoria externa; quatro hipóteses taxativas demandam consentimento qualificado; e os povos afetados têm dois instrumentos financeiros: indenização por danos e/ou participação nos resultados durante toda a vida útil do empreendimento. Em síntese: rigor para o Estado, rigor para o empreendedor, proteção real para as comunidades.

“O Brasil não precisa escolher entre desenvolver sua infraestrutura e honrar os direitos dos povos indígenas e tradicionais. Essa falsa escolha é filha da omissão regulatória — e é exatamente essa omissão que o anteprojeto busca sepultar. Regulamentar a CLPI é dar segurança jurídica ao investimento, previsibilidade ao Estado e voz efetiva a quem a Convenção quis proteger. Cada ano de adiamento custa obras paralisadas, capital que migra e direitos que se degradam em ritos vazios.

O anteprojeto é um convite para que o País transforme um dos seus maiores gargalos em um dos seus maiores avanços institucionais — e demonstre, enfim, que desenvolvimento e direitos humanos não são adversários”.

(*) Com trechos de artigo de Mauricio Portugal Ribeiro (coordenador do GT); em coautoria com articulista.

Frederico Bussinger escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenebnewscom.br

Minerais críticos na Transnordestina

A Transnordestina começa a ampliar o foco para além dos grãos e prepara sua estrutura no Ceará para transportar minerais críticos — insumos cada vez mais demandados pela indústria de tecnologia. A estratégia está sendo desenhada pela Transnordestina Logística S.A. (TLSA), empresa responsável pela construção e operação da ferrovia e controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Segundo Tuí Daher Filho, diretor-executivo de infraestrutura e logística da CSN, a companhia já trabalha na preparação da ferrovia para receber esse tipo de carga.

Novo perfil

A movimentação de outras mercadorias já ocorre, ainda em caráter de testes, no trecho entre Bela Vista do Piauí (PI) e Iguatu (CE). Até agora, os carregamentos são principalmente de grãos, mas o planejamento da empresa começa a incorporar novos produtos, entre eles diferentes tipos de minérios. Nesse grupo estão os chamados minerais críticos, matérias-primas consideradas estratégicas para diversas cadeias industriais. Daher Filho cita também as terras raras, conjunto de elementos químicos utilizados em aplicações tecnológicas e que frequentemente aparece associado à discussão sobre minerais críticos.

Geração de riquezas

“As terras raras são o futuro do mundo, e o Brasil tem a segunda maior reserva do mundo. São investimentos altíssimos, é preciso todo um processamento, e espero que possamos explorar as terras raras aqui, sem simplesmente exportá-las brutas. Não deve ser mais uma commodity apenas exportada”, destacou Daher.

Cota brasileira redistribuída

Os Estados Unidos redistribuíram entre 28 países a cota de açúcar que havia sido retirada do Brasil para o ano fiscal de 2027, que começa em 1º de outubro. A República Dominicana ficou com a maior parcela dos 55.993 MTRV (toneladas métricas em valor bruto) redistribuídos. A decisão foi formalizada nessa quarta-feira, dia 23, pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR).

Corte de 36%

A redução da participação brasileira havia sido anunciada pelo governo norte-americano em julho. Para o ano fiscal de 2027, o Brasil foi o único país cuja cota de açúcar para exportação aos Estados Unidos sob tarifa reduzida foi diminuída. O país recebeu autorização para exportar 100.000 MTRV com tarifa reduzida, ante 155.993 MTRV no ano fiscal anterior, uma redução de aproximadamente 36%.

Renan denuncia ao TSE interferência estrangeira

Segundo o candidato, perfis de fora do país estão promovendo no X a candidatura de Flávio Bolsonaro

Reprodução / SBT News



Renan se baseia em regra do TSE que proíbe, em propaganda eleitoral na internet, a concessão de vantagem econômica como retribuição ao titular de um perfil

Estadão Conteúdo

O candidato à presidência da República, Renan Santos, e o seu partido, Missão, acionaram o Tribunal Superior Eleitoral (STF) alegando haver uma propaganda irregular e possível interferência estrangeira nas eleições que favorecem o adversário Flávio Bolsonaro (PL). A representação eleitoral foi protocolada nesta quarta-feira, 23.

“Diversas publicações estão sendo realizadas na plataforma X em manifestação de desconformidade com a legislação eleitoral, porque perfis estrangeiros estão, de forma reiterada e massiva, veiculando conteúdos de inequívoco caráter político-eleitoral destinados a promover a candidatura de Flávio Bolsonaro perante o eleitorado brasileiro”, diz o início da petição que o Broadcast Político teve acesso.

A alegação é de que as peças estão sendo reali-

zadas por diversos perfis estrangeiros que não costumam postar sobre política, e que são anúncios pagos, remunerados pelo site “Polymarket”, mercado de previsões baseado em criptomoedas, e que beneficiam a candidatura de Flávio.

A petição diz que as publicidades possuem caráter eleitoreiro e violam a Resolução TSE nº 23.610/19, que veda, em propaganda eleitoral na internet, a concessão de vantagem econômica como retribuição ao titular de um perfil pago pelo beneficiário da propaganda ou terceiros.

“A preocupação assume especial dimensão diante da gravidade e do potencial de interferência externa no exercício da livre manifestação do eleitor brasileiro”, diz um trecho do documento. Argumentam, ainda, que a Lei das Eleições veda aos partidos e candidatos o recebimento, direto ou indireto, de doações em dinheiro ou estimável em dinheiro, “inclusive por meio de publicidade de qual-

quer espécie, proveniente de entidade ou governo estrangeiro”. Defendem, assim, que há um “financiamento clandestino e estrangeiro de propaganda eleitoral do candidato Flávio Bolsonaro por terceiros não autorizados”.

Responsabilidade

O candidato pede a responsabilidade subsidiária da rede social X, antigo Twitter, caso os perfis estrangeiros que estão fazendo publicações em favor de Flávio não possam ser responsabilizados. Há, ainda, em caráter liminar, um pedido para que sejam retiradas imediatamente as publicações questionadas.

Flávio Bolsonaro consolidou sua ligação com o governo Trump nos últimos anos, não só com sua presença nos EUA, mas pelos discursos a favor das ideias do americano. Ele chegou a propor que os EUA atuem na transição de governo caso ele vença as eleições, ideia duramente criticada no Brasil.

FÓRUM NACIONAL BRASIL EXPORT 2026

06 de outubro
18h30
Solenidade oficial de abertura

PRESENCAS CONFIRMADAS



JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO
Ministro da Defesa



FREDERICO DIAS
Diretor-Geral da ANTAQ



**SANDOVAL DE ARAÚJO
FEITOSA NETO**
Diretor-Geral da ANEEL



SERGIO BACCI
Presidente da
Transpetro



YASUSHI NOGUCHI
Embaixador Extraordinário e
Plenipotenciário do Japão no
Brasil

E MUITAS OUTRAS AUTORIDADES

 **Royal Tulip Alvorada**
Brasília - DF

 Confira a Programação em
www.forumbrasilexport.com.br



Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News

**BRASIL
EXPORT**
FÓRUM NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

POLÍTICA

Flávio Bolsonaro pede a Mendonça para abrir inquérito contra Lula

Investigado após ter pedido R\$ 134 milhões a Vercaro, senador pede apuração depois de o Globo informar que Lula recebeu uma garrafa de uísque do ex-dono do Banco Master

Estadão Conteúdo

A defesa do senador e candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apresentou um pedido ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça para abrir inquérito contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após a divulgação de diálogos nos quais um interlocutor de Daniel Vercaro menciona que o banqueiro deu uma garrafa de uísque de presente ao petista.

O Palácio do Planalto nega que Lula tenha recebido presente e disse que foi sob sua gestão que o Banco Central liquidou o Master e a Polícia Federal prendeu Vercaro (leia ao final).

O próprio Flávio já é investigado por lavagem de dinheiro e corrupção no STF por ter solicitado mais de R\$ 134 milhões a Vercaro sob justificativa de financiamento ao filme Dark Horse, que conta a história de Jair Bolsonaro.

Nas conversas, divulgadas pelo jornal O Globo, o advogado Walfrido Warde

mencionou tentativas de aproximar Vercaro do presidente da República e citou o presente dado pelo banqueiro na reunião que teve com Lula no Palácio do Planalto. Warde advogou para Vercaro até o início deste ano e tem relação próxima com políticos do PT.

“Querido, estive com o PR hoje. Ele me perguntou se você estava bem e mais tranquilo. Eu lhe disse que sim. Ele agradeceu mais uma vez o whisky e mandou um abraço. Outros detalhes eu conto pessoalmente”, diz uma das mensagens divulgadas pelo jornal O Globo, que teria sido enviada por Warde a Vercaro em janeiro de 2025.

A defesa de Flávio, então, argumenta que o presidente deveria ser investigado por corrupção e advocacia administrativa.

“Da análise da mensagem acima colacionada, extrai-se que a frase ‘agradeceu mais uma vez o whisky’ de fato indica que o Noticiado, no exercício e em razão da Presidência da República, não só recebeu Daniel Vercaro no Palácio do Planalto fora da sua agenda oficial, mas também que o Presidente Lula aceitou presente do banqueiro no contexto dos pleitos do Banco Master perante o Governo Federal.

Dessa forma, o recebimento de um presente, por parte do Presidente da República em encontro fora da agenda oficial, de banqueiro que se dizia ‘perseguido’ e que, agora, é formalmente investigado por inúmeros crimes, é fato que precisa ser apurado e esclarecido (...)”, escreveu a equipe do advogado Tracy Reinaldet, responsável pela parte criminal da campanha de Flávio Bolsonaro.

Lula nega

Em nota divulgada à imprensa, a Presidência da República negou a acusação. Leia abaixo o que diz o

comunicado.

“Conforme já amplamente noticiado, o presidente Lula encontrou-se uma única vez com Daniel Vercaro, em 4 de dezembro de 2024. Vercaro havia ido ao Palácio do Planalto acompanhado do ex-ministro Guido Mantega e o encontro com o presidente não estava previamente agendado. Da conversa também participaram o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e Gabriel Galípolo, então diretor de Política Monetária e atual presidente do Banco Central.

Na ocasião, Vercaro afirmou sentir-se alvo de perseguições, e o presidente

respondeu que eventuais denúncias deveriam ser analisadas tecnicamente pelo Banco Central.

Não houve nenhum outro contato entre o presidente e Daniel Vercaro.

O presidente não tem conhecimento da suposta articulação, não recebeu presente e tampouco enviou recado ou comentou festas promovidas pelo banqueiro.

Cabe lembrar ainda que foi durante o atual governo que o Banco Central decretou a liquidação do Banco Master e Daniel Vercaro foi preso pela Polícia Federal no âmbito das investigações sobre a instituição.”

Agência Senado



A defesa de Flávio Bolsonaro alegou que Lula recebeu Daniel Vercaro no Palácio do Planalto fora da sua agenda oficial e ainda ganhou presente

Senador quer vetar uso de discurso na ONU

Flávio Bolsonaro (PL) e seu candidato a vice, Alfredo Gaspar (PL), acionaram na terça-feira, 22, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o presidente Lula (PT) e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) por suposta prática de conduta vedada no discurso de Lula

na abertura da 81ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na representação, os candidatos afirmam que Lula teria utilizado o pronunciamento oficial como “palanque político” ao abordar temas presentes em sua campanha, como

bets, fim da escala 6x1, soberania nacional, terras raras e Pix. Os autores também destacam que Lula mencionou diretamente as eleições de 4 de outubro durante o discurso.

Flávio e Gaspar pedem, em caráter liminar, que Lula e Alckmin sejam

proibidos de utilizar em propaganda eleitoral imagens do discurso na ONU ou de atos relacionados à viagem e ao evento.

Os candidatos também citam precedente de 2022, quando o TSE proibiu o então presidente Jair Bolsonaro de utilizar em

propaganda eleitoral imagens de seu discurso na Assembleia Geral da ONU daquele ano. Segundo a representação, a decisão considerou o risco de uso eleitoral de um pronunciamento realizado no exercício da função de chefe de Estado.

Caiado ataca Flávio por criticar Tigrinho e “defender as bets”

“Isso é o mesmo que trancar a porta da frente e deixar a janela da casa aberta para o assaltante”, disse o ex-governador de Goiás e candidato à presidência da República

Reprodução / Redes Sociais

Estadão Conteúdo

O candidato do PSD à presidência da República, Ronaldo Caiado, criticou o candidato do PL, Flávio Bolsonaro, por prometer acabar com o “Jogo do Tigrinho”, mas sinalizar em favor da manutenção das bets.

“Criticar o Tigrinho, mas defender as bets esportivas dizendo que ‘dá para ter controle’, é o mesmo que trancar a porta da frente e deixar a janela da casa aberta para o assaltante”, escreveu Caiado, na rede social X, nesta quarta-feira, 23.

O ex-governador de Goiás acrescentou: “No fim do mês, o dinheiro do trabalhador vai embora do mesmo jeito. Chega de ilusão de quem não sabe governar nem a própria vida”.

Mais cedo, nesta quarta, Flávio afirmou que, se eleito, proibirá os cassinos online, incluindo os conhecidos



A crítica de Ronaldo Caiado se refere à declaração de Flávio Bolsonaro de que é possível controlar a atuação das bets

“jogos do tigrinho”. Ele sinalizou, no entanto, que deve manter as apostas esportivas de quota fixa, as bets, por terem mais controle.

“O cassino online tem que acabar. Vamos acabar com esse cassino online. Dá para controlar com tecnologia. O Lula não combate, não fiscaliza, porque todo dia tem um monte de sites novos de apostas que

podem ser derrubados imediatamente, ele não faz”, declarou, durante transmissão em seu canal no YouTube, ao lado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos); e do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB).

Flávio não disse explicitamente o que pretende fazer com as bets, mas deu a entender que pretende

mantê-las, com um controle maior. “Sou contra jogos, de qualquer forma, mas aposta em jogos reais, no jogo de futebol, no jogo de vôlei, no jogo de tênis, você tem alguma forma de controle. Temos a Mega Sena, tem um monte de jogos que são legalizados. O problema é o cassino online”, falou.

Desde que anunciou a intenção de concorrer ao

Palácio do Planalto, é a primeira vez que Flávio Bolsonaro diz sua pretensão sobre o setor de apostas online. Seu plano de governo é genérico sobre o assunto e se resume a criticar o uso de recursos de programas sociais para as apostas.

Lula

A nova aposta de campanha de Flávio Bolsonaro vem a público depois de seu adversário nas eleições, o presidente Lula, anunciar que vai acabar com as bets, não apenas em seus discursos de campanha, mas até na Assembleia Geral da ONU.

“Eu vou acabar com as bets. Não é possível a gente ver meninas e meninos se endividando, que não têm salário, e ficar rico de vida”, afirmou o presidente. Segundo Lula, o governo também pretende combater o endividamento de pessoas que passaram a apostar de forma compulsiva.

Lula classificou a prática como “uma doença” e citou casos de brasileiros que venderam bens, esconderam dívidas da família e chegaram a tentar tirar a própria vida por causa dos prejuízos.

Deputado do PL debocha de seu eleitor

José Medeiros (MT) disse em áudio que seu “eleitor bebe detergente e ora para alienígena”

Estadão Conteúdo

Em áudio vazado, o deputado federal e candidato ao Senado por Mato Grosso, José Medeiros (PL), diz que seu eleitor “bebe detergente”. “Você sabe que o meu eleitor é aquele eleitor que ora para alienígena e bebe detergente, né? Esse eleitor, Chico”,

disse o deputado bolsonarista. O áudio teria sido enviado ao prefeito de Diamantino, Chico Mendes, irmão do ministro Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes.

Em outro áudio direcionado a Chico Mendes, Medeiros afirma que não ataca o Supremo Tribunal Federal. “Uma coisa que eu não tenho feito, por exemplo, eu não ataco o STF, viu, Chico. Meu marketing aqui tinha feito um negócio, eu falei:

‘Olha, quero que corte tudo’. Eu não leio um texto para gravação que tenha qualquer coisa mencionando o STF. Falei ‘se vocês pedirem para eu esculhambar com Alexandre de Moraes, pode me ligar até no meio da noite, que eu faço isso, mas não me peça para falar de outros ministros e tal”, afirmou Medeiros na conversa.

Os áudios obtidos pela imprensa local viralizaram. Nas redes sociais, Zé Medeiros

não desmentiu o conteúdo dos áudios, mas ironizou a repercussão. Medeiros é o candidato ao Senado em Mato Grosso apoiado pelo senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) e diz ter sido escolhido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para concorrer ao cargo.

Nesta quarta-feira, em publicação nas redes sociais, Medeiros afirmou que “Mato Grosso está vivendo a eleição mais suja da sua

história” e que “estão tentando destruir sua reputação”. Medeiros acusa seus adversários de articularem uma operação contra ele via STF. “A última jogada foi tentar articular uma operação contra mim e assim que soube disso eu fui pessoalmente a Brasília procurar o Ministro Gilmar Mendes e dizer-lhe cara a cara que não tenho nada a temer porque não devo nada”, escreveu na publicação.

TRANSPORTES | Portos

TCP bate recorde na exportação de carnes e congelados

Terminal de Paranaguá movimentou 2,635 milhões de toneladas entre janeiro e agosto, alta de 12%, com avanço puxado por frango e carne suína

Estadão Conteúdo
Da Redação

As exportações de carnes e congelados pelo Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) alcançaram 2,635 milhões de toneladas entre janeiro e agosto de 2026, recorde, 12% acima do mesmo período do ano passado. O avanço foi impulsionado principalmente pelos embarques de carne de frango e suína, enquanto a movimentação de contêineres refrigerados também atingiu o maior nível da série para o período.

Ao todo, foram embarcados 93,7 mil contêineres refrigerados nos oito primeiros meses do ano, crescimento de 6% sobre as 88,4 mil unidades movimentadas entre janeiro e agosto de 2025. Segundo a TCP, o desempenho acompanha a recuperação das exportações de carne de frango, após as restrições sanitárias enfrentadas pelo Brasil no ano passado, e a expansão dos embarques de carne suína.

No segmento de frango

congelado, o terminal movimentou 1,777 milhão de toneladas, alta de 21% na comparação com as 1,469 milhão de toneladas registradas no mesmo intervalo de 2025. China, Emirados Árabes Unidos e África do Sul foram os principais destinos, com participações de 12%, 9% e 8%, respectivamente.

Segundo a empresa, cerca de 47% de toda a carne de frango exportada pelo Bra-

sil passou pelo Terminal de Contêineres de Paranaguá no período. Dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) mostram que o país exportou 3,921 milhões de toneladas da proteína em 2026, com receita de US\$ 7,689 bilhões, avanço de 21,9% em relação ao ano anterior.

A carne bovina ficou em segundo lugar entre as proteínas mais embarcadas pela TCP, com 439 mil toneladas.

A China respondeu por 43% dos embarques, seguida pelos Estados Unidos, com 13%, e pela Rússia, com 8%.

No mercado brasileiro, as exportações de carne bovina somaram 2,202 milhões de toneladas, alta de 5,3% em relação a 2025, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). A receita chegou a US\$ 12,79 bilhões, crescimento de 21,7%.

Os embarques de carne

suína pelo terminal tiveram alta ainda mais acentuada, de 48%, passando de 15,8 mil toneladas para 23,4 mil toneladas. Filipinas, Costa do Marfim e Libéria foram os principais compradores, com participações de 34%, 16% e 13%, respectivamente.

“O crescimento se deve principalmente à retomada dos embarques de carne de frango, após o ano de 2025, quando o Brasil sofreu com restrições sanitárias, e à expansão nas exportações de carne suína, que no Terminal de Contêineres de Paranaguá cresceram acima da média nacional”, afirmou Fabio Mattos, gerente comercial da TCP.

A estrutura do terminal conta atualmente com 5.280 tomadas para contêineres refrigerados. A previsão é ampliar essa capacidade para cerca de 6 mil tomadas até 2027.

Atualmente, a TCP opera 22 linhas marítimas semanais regulares, entre serviços de longo curso e cabotagem. Segundo Mattos, a combinação entre frequência de escalas, atendimento especializado e infraestrutura refrigerada sustenta a movimentação das cargas do segmento.



Divulgação

Foram embarcados 93,7 mil contêineres refrigerados nos oito primeiros meses do ano, aumento de 6% sobre as 88,4 mil unidades movimentadas entre janeiro e agosto de 2025

Canal de Itajaí-Navegantes retoma manobras com restrições

Acesso foi reaberto temporariamente nesta quarta-feira após fechamento provocado pela forte correnteza do Rio Itajaí-Açu

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenenews.com.br

O canal de acesso ao Complexo Portuário de Itajaí-Navegantes, em Santa Catarina,

voltou a registrar manobras de navios nesta quarta-feira (23), após permanecer fechado para entradas e saídas de embarcações em razão da forte correnteza do Rio Itajaí-Açu.

Segundo a Superintendência do Porto de Itajaí, houve uma janela operacional de saída, que ocorreu

entre as 10hs e 14h. Segundo a empresa, após esse período, o canal voltará a ser fechado, em razão das condições climáticas.

A medida, segundo o porto, segue critérios de segurança da navegação e as condições verificadas pela Autoridade Marítima, diante do cenário registrado no

canal de acesso.

Dados atualizados da Praticagem de Itajaí (ZP-21) mostraram que até às 16h30, o canal aquaviário ainda estava aberto, mas com extremas restrições. No período de janela operacional, o canal registrou a saída do porta-contêineres CMA CGM George Sand

que estava atracado no berço 02, da Portonave, em Navegantes.

Segundo a SPI, novas avaliações serão realizadas ao longo do dia e, novamente, nesta quinta-feira (24) pela Autoridade Marítima, considerando a possibilidade de evolução das condições do canal.

TRANSPORTES | Navegação > Opinião



ALFREDO RODRIGUES

Engenheiro portuário, pesquisador e consultor portuário

opinioao@portalbenews.com.br

▶ PLANEJAMENTO

O marítimo digital: um desafio para as ambições brasileiras na navegação

Enquanto o debate sobre a transição energética e a modernização da infraestrutura de transportes ganha força nas principais capitais financeiras, um gargalo silencioso ameaça minar as ambições marítimas de diversas nações. Grupos privados e governos ao redor do globo têm anunciado investimentos bilionários na ampliação de frotas, na automação portuária e na consolidação de cadeias de suprimento resilientes. No entanto, frotas, guindastes de última geração e navios autônomos são apenas símbolos de poder marítimo. O verdadeiro divisor de águas entre o fracasso e o sucesso de uma estratégia soberana reside no fator humano: na capacidade de formar, capacitar e reter profissionais aptos a operar em uma indústria profundamente transformada pela tecnologia.

Historicamente, o perfil do trabalhador do setor navegação era mensurado por um indicador simples e objetivo: a capacidade de formar aquaviários licenciados para guiar embarcações de ponto a ponto. Essa missão tradicional, embora continue indispensável, tornou-se insuficiente. O navio moderno deixou de ser um mero meio de transporte de carga para se converter em um centro móvel de processamento de dados. Sistemas de inteligência artificial, diagnósticos remotos, manutenção preditiva, sensores avançados, procedimentos automatizados e protocolos rígidos de cibersegurança agora integram o ecossistema básico da navegação comercial e offshore.

Essa mudança de paradigma reconfigura de forma radical as competências exigidas. O mercado de trabalho atual busca o “marítimo digital”, um profissional que combina o rigor técnico da marinharia tradicional com alto letramento digital, visão sistêmica e capacidade de resolução de problemas complexos. Mais do que executar procedimentos operacionais decorados, exige-se uma habilidade contínua de interpretação de dados e adaptabilidade diante de ecossistemas tecnológicos em constante evolução. E essa necessidade não se restringe à tripulação a bordo, estendendo-se aos estaleiros, aos operadores de terminais portuários automatizados, à gestão de risco e à logística em solo.

Para o Brasil, o momento é crítico. O País ostenta uma posição estratégica única no Atlântico Sul, impulsionada pelo dinamismo do agronegócio, pela exploração de petróleo em águas profundas e pelo enorme potencial do transporte por cabotagem e da navegação interior. O crescimento das demandas por energia

limpa, como a eólica offshore, abre novos horizontes de expansão para a economia do mar. No entanto, a infraestrutura nacional corre o risco de encontrar um freio de arrasto caso a formação dessa mão de obra não receba o status de prioridade estratégica por parte do poder público e da iniciativa privada.

Atualmente, o modelo de formação de aquaviários no Brasil, predominantemente vinculado às diretrizes da Marinha do Brasil por meio dos centros de instrução especializados, cumpre um papel fundamental para manter os padrões internacionais de segurança. Contudo, a velocidade das transformações exigidas pelo mercado mundial impõe uma atualização do ecossistema educacional do setor. É urgente descentralizar e diversificar as trilhas de capacitação, integrando de forma mais robusta as universidades, os institutos federais e o Sistema S ao ecossistema da economia do mar.

Instituições internacionais de ensino marítimo já perceberam que a capacitação precisa extrapolar a emissão da licença de navegação. Cursos focados em engenharia de instalações, gestão ambiental, resposta a emergências e automação de processos portuários figuram no centro das atenções. O Brasil precisa replicar essa visão integrada, conectando a matriz curricular diretamente às demandas operacionais reais do setor produtivo.

Essa tarefa não pode ser delegada exclusivamente ao estado. A iniciativa privada, que reúne armadores, estaleiros, operadores portuários e multinacionais de energia, precisa assumir um papel ativo e corresponsável. Parcerias estratégicas para o financiamento de simuladores de última geração, a concessão de bolsas de estudo, a doação de equipamentos e a oferta de programas de estágio supervisionado em ambiente real são passos decisivos. O diálogo constante entre a indústria e as instituições de ensino deve alimentar e renovar os currículos com a mesma velocidade em que novas tecnologias são embarcadas nos navios.

Diante do acirramento da competição geopolítica global e das recorrentes interrupções nas cadeias de suprimento globais, manter um contingente nacional de profissionais altamente qualificados vai além da eficiência econômica: trata-se de um imperativo de segurança nacional e soberania. O aço, o combustível e os algoritmos são vitais para o comércio exterior, mas a engrenagem que faz a economia marítima rodar continua sendo composta por mentes capacitadas. Se o Brasil almeja liderar o comércio marítimo na América Latina e ser um ator de relevância global na transição energética, precisa investir massivamente nas pessoas que vão construir, operar e liderar essa transformação no mar.

O MERCADO DE TRABALHO ATUAL BUSCA O “MARÍTIMO DIGITAL”, UM PROFISSIONAL QUE COMBINA O RIGOR TÉCNICO DA MARINHARIA TRADICIONAL COM ALTO LETRAMENTO DIGITAL, VISÃO SISTÊMICA E CAPACIDADE DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COMPLEXOS

TRANSPORTES | Aviação

Aeronaves elétricas têm estreia comercial prevista no Brasil para 2028

Anac e Eve projetam início das operações de eVTOLs; trajeto entre a Zona Sul de São Paulo e Guarulhos é estimado em 12 minutos

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

As primeiras operações comerciais de aeronaves elétricas de pouso e decolagem vertical, os chamados eVTOLs, poderão começar no Brasil em 2028. A previsão foi apresentada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e pela Eve Air Mobility durante reunião realizada no Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em Brasília, para discutir a preparação do país para a chegada da nova tecnologia.

O encontro reuniu representantes da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), da Anac, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) e da Eve, empresa do grupo Embraer.

O objetivo foi alinhar as necessidades para o início das operações e identificar as frentes que ainda precisam ser estruturadas antes da entrada dos eVTOLs em serviço.

A certificação das aeronaves é uma das etapas centrais desse processo. O procedimento, conduzido para atestar a segurança e a operacionalidade do equipamento, precisa ser concluído antes da liberação dos voos comerciais. A expectativa de 2028 está condicionada ao avanço dessa certificação e à preparação da infraestrutura necessária.

Além da aprovação da aeronave, o país terá de desenvolver os chamados vertiportos, estruturas destinadas ao pouso, à decolagem

e ao suporte às operações. Durante a reunião, foram discutidos temas como fornecimento de energia, prevenção e combate a incêndios, investimentos iniciais e integração da nova operação ao sistema de controle do espaço aéreo.

A chegada dos eVTOLs também exigirá articulação entre fabricantes, órgãos reguladores, operadores de aeroportos, empresas aéreas, desenvolvedores de software e possíveis operadores privados de aeronaves e vertiportos. A proposta do governo é antecipar as exigências regulatórias e de infraestrutura para que o sistema esteja preparado quando a tecnologia estiver certificada.

A Eve estima que o uso dos eVTOLs poderá reduzir de forma significativa alguns deslocamentos urbanos. Segundo projeção

apresentada pela empresa, uma viagem entre a Zona Sul de São Paulo e o Aeroporto Internacional de Guarulhos, que hoje pode levar de uma a duas horas de carro, poderia ser realizada em cerca de 12 minutos.

Apesar de serem frequentemente chamados de “carros voadores”, os eVTOLs são aeronaves. A sigla em inglês significa electric vertical take-off and landing, ou aeronave elétrica de pouso e decolagem vertical. A tecnologia permite pousos e decolagens sem a necessidade de uma pista convencional.

O modelo em desenvolvimento pela Eve terá propulsão elétrica e, segundo a companhia, zero emissões operacionais locais. A empresa também projeta nível de ruído inferior a 60 decibéis em voo de cruzeiro, característica considerada

relevante para a utilização em áreas urbanas.

30 mil até 2045

A Eve estima ainda que a frota mundial de eVTOLs possa superar 30 mil aeronaves até 2045. A projeção depende do desenvolvimento do mercado, dos avanços tecnológicos, da regulamentação e da instalação da infraestrutura necessária para sustentar as operações.

O Ministério de Portos e Aeroportos ampliou a discussão para outras áreas do governo federal. Representantes dos ministérios do Turismo, de Minas e Energia e da Ciência, Tecnologia e Inovação, além da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), participaram de apresentações sobre as necessidades associadas à nova tecnologia.

A programação também contou com apresentações da Revo, apontada como potencial operadora dos eVTOLs em São Paulo, e da Hitachi Energy. A primeira tratou de aspectos relacionados à conectividade das futuras operações, enquanto a segunda apresentou perspectivas para infraestrutura energética e soluções de carregamento.

A mobilidade aérea avançada envolve ainda temas de aviação civil, controle do espaço aéreo, telecomunicações, energia e transporte. Por isso, a preparação para os eVTOLs deverá ocorrer em várias frentes simultaneamente, com definição de regras, padrões de segurança e condições operacionais antes do início do serviço comercial.



O encontro reuniu representantes da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), da Anac, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) e da Eve, empresa da Embraer

TRANSPORTES | Aviação

Falha global no GPS leva Azul a cancelar mais de 80 voos

Instabilidade afetou aeronaves Embraer E195-E2 e atingiu mais de 8 mil passageiros; fabricante afirma que segurança dos voos não foi comprometida

Estadão Conteúdo

Uma instabilidade global no sistema de GPS que afeta aeronaves Embraer E2 levou a Azul a cancelar mais de 80 voos ao longo de terça-feira (22) e atingiu mais de 8 mil passageiros. Segundo a companhia aérea, os cancelamentos também provocaram atrasos em outros voos.

A Azul informou que a ocorrência afetou a operação de sua frota de Embraer E195-E2 e levou a empresa a adotar medidas operacionais que podem resultar em ajustes na malha e nos horários dos voos. A companhia afirmou que as decisões foram tomadas por precaução e com foco na segurança das operações.

Na noite de terça-feira, foram registrados cancelamentos e atrasos nos aeroportos de Brasília, Congonhas, em São Paulo, e Santos



Divulgação

De acordo com a Embraer, o problema no sistema de GPS pode interferir na programação operacional das empresas aéreas, mas não compromete a segurança dos voos

Dumont, no Rio de Janeiro.

Nesta quarta-feira (23), o painel de voos do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), indicava seis voos da Azul cancelados, com destino a Cuiabá (MT), Recife (PE), Cascavel (PR), Londrina (PR), Florianópolis (SC) e Belo Horizonte (MG).

Questionada se esses cancelamentos também estavam relacionados à instabilidade no sistema de GPS,

a Azul não respondeu.

Segundo a companhia, todos os passageiros atingidos pelos cancelamentos estão recebendo a assistência prevista na Resolução nº 400 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A empresa também orienta os clientes com viagens potencialmente afetadas a verificar a situação da reserva nos canais oficiais antes de se dirigir ao aeroporto.

A Embraer afirmou que

foi notificada sobre relatos de instabilidade no sistema de GPS envolvendo alguns tipos de aeronaves, entre eles o E2, e que acompanha a situação junto às companhias aéreas e ao fabricante dos equipamentos.

De acordo com a fabricante brasileira, o problema pode interferir na programação operacional das empresas aéreas, mas não compromete a segurança dos voos. A Embraer informou ainda

que está prestando suporte técnico aos clientes e adotando as medidas necessárias para a solução da ocorrência.

“A frota global de aeronaves E2 dispõe de sistemas e procedimentos de navegação para operar mesmo em condições de instabilidade no sistema GPS, capazes de garantir uma operação segura em conformidade com os requisitos aplicáveis das autoridades de aviação civil”, afirmou a Embraer.

A Honeywell Aerospace, fabricante de equipamentos instalados nas aeronaves afetadas, informou estar ciente de “um problema que afeta aeronaves em todo o mundo, relacionado à recepção de sinais de GPS”.

Segundo a Honeywell, equipes da empresa estão avaliando a ocorrência para identificar a causa do problema.

A Latam informou que não registrou anormalidades em seus voos. A Gol afirmou que não opera aeronaves do modelo Embraer E2.

Cenipa avança em investigação de queda de helicóptero com cantor Rick

Primeira fase foi concluída em Santa Catarina, com localização da “caixa-preta” e liberação dos destroços da aeronave

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) concluiu nesta quarta-feira (23) a Ação Inicial sobre o acidente com o helicóptero de matrícula PP-MGR, em Urubici (SC), e avançará agora para

a fase de Análise de Dados. A aeronave transportava o cantor Rick Sollo, da dupla Rick e Renner, e outras quatro pessoas, que morreram no acidente.

Durante a primeira etapa, investigadores coletaram e confirmaram informações, verificaram os danos provocados pelo acidente e reuniram evidências que serão usadas nas fases seguintes. O trabalho no local foi encerrado às 15h30, após a retirada das partes da aeronave

consideradas necessárias para a investigação.

O Cenipa também localizou o Cockpit Voice Recorder (CVR), conhecido como “caixa-preta”, responsável pelo registro das comunicações e dos sons na cabine. O equipamento será encaminhado ao Laboratório de Leitura e Análise de Dados de Gravadores de Voo (Labdata), em Brasília, onde passarão a ser feitos os trabalhos de preparação, extração e degravação dos dados.

Na nova etapa da investigação, serão analisadas as atividades relacionadas ao voo, o ambiente operacional e os fatores humanos, além de componentes, equipamentos, sistemas e infraestrutura associados à ocorrência. O objetivo é identificar possíveis fatores contribuintes e, quando necessário, permitir a emissão de recomendações de segurança.

Os demais destroços foram liberados à autoridade

de policial, responsável pelo isolamento e pela preservação do local. A remoção das partes da aeronave e dos bens transportados, assim como a higienização da área, ficará a cargo do operador ou proprietário.

Os destroços do helicóptero haviam sido encontrados na manhã de terça-feira (22) pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. As cinco pessoas que estavam a bordo foram encontradas mortas.

LOGÍSTICA

Shein amplia operação logística e prevê 850 contratações até dezembro

Maior parte das admissões está concentrada no centro logístico de Guarulhos, que ocupa cerca de 220 mil m²

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Shein está ampliando sua operação logística no Brasil e prevê concluir até dezembro um ciclo de 850 contratações iniciado em julho. A maior parte das admissões está concentrada no centro logístico de Guarulhos (SP), que reúne

cerca de 220 mil m² e responde pelo principal movimento de expansão da companhia no país.

O parque logístico da empresa na cidade da Grande São Paulo alcançou cerca de 220 mil m², área equivalente a aproximadamente 36 campos de futebol. A unidade reúne a maior parte das oportunidades anunciadas e vem sendo ampliada para atender ao avanço das atividades

da Shein no mercado brasileiro.

Desde o início das operações corporativas no Brasil, em maio de 2022, a companhia passou de cerca de 30 profissionais para aproximadamente mil funcionários nas áreas corporativa e de logística. No mesmo período, o marketplace expandiu sua presença para nove estados.

Das 850 vagas previstas até dezembro, mais de 800

são destinadas a funções operacionais nos armazéns e na logística do centro de Guarulhos. A empresa também planeja contratar mais de 50 profissionais para cargos de liderança, entre supervisores e líderes de equipe.

“A expansão de nossa operação logística em Guarulhos é um passo importante para apoiar o crescimento contínuo da Shein no Brasil. Ao aumentar a

capacidade e contratar mais funcionários diretos, estamos construindo uma operação mais integrada e, ao mesmo tempo, criando novas oportunidades para profissionais em diferentes fases de suas carreiras”, afirmou Felipe Feistler, Country Manager da Shein no país.

O reforço da estrutura em Guarulhos amplia a capacidade da companhia de armazenar, organizar e distribuir os produtos comercializados em sua plataforma. A concentração das novas vagas no complexo indica que a unidade terá papel central no suporte à expansão do marketplace e no atendimento à demanda gerada pelas vendas no país.

A estratégia também aumenta a participação de equipes próprias na operação logística. Com o avanço das contratações, a Shein amplia tanto o efetivo operacional quanto a estrutura de gestão responsável pelo funcionamento dos armazéns e pelo fluxo de mercadorias.



Divulgação

O reforço do centro logístico localizado em Guarulhos amplia a capacidade da companhia de armazenar, organizar e distribuir os produtos comercializados em sua plataforma

Shopee prepara centro de distribuição em Minas Gerais

Nova estrutura será instalada em Pouso Alegre, amplia a capacidade logística da empresa na região e tem entrada em operação prevista para o início de 2027

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Shopee vai instalar um novo centro de distribuição em Pouso Alegre, no Sul de Minas Gerais, com previsão de início das operações no

começo de 2027. A unidade ocupará um galpão de 14 mil m² no Distrito Industrial do município, segundo informou a prefeitura.

O imóvel já foi locado pela empresa e anteriormente abrigava um centro de distribuição da Cremer, fabricante de produtos para a área da saúde, que transferiu suas atividades para Extrema. A estrutura existente conta com docas e áreas destinadas ao recebi-

mento, à movimentação e à distribuição de mercadorias.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pouso Alegre, José Carlos Costa, a Shopee já mantém presença no município, mas a nova operação permitirá a transferência para uma instalação maior, ampliando a capacidade logística da empresa na região.

“O espaço escolhido já possui infraestrutura ade-

quada para operações logísticas, incluindo docas e estrutura destinada ao recebimento, à movimentação e à distribuição de mercadorias. A característica do imóvel deve facilitar as adaptações necessárias para o início da nova operação”, informou a prefeitura.

O valor do investimento não foi divulgado. Também não há, até o momento, informação oficial sobre o número de empregos que

serão gerados pela nova unidade.

A instalação ocorre em meio à expansão da rede logística da Shopee no Brasil, acompanhando o crescimento das vendas pela plataforma. Minas Gerais ocupa posição relevante nessa operação: é o segundo maior mercado do país em número de vendedores ativos na plataforma e reúne também uma base significativa de consumidores.



BETO UMBUZEIRO
CCO da Transbrasa

opinioao@portalbenews.com.br

► ESTRATÉGIA

O diesel que não foi consumido também faz parte do resultado

Em logística, parte dos resultados mais importantes não aparece em um equipamento novo, em uma expansão de capacidade ou em uma operação adicional. Às vezes, o ganho está justamente naquilo que deixou de ser consumido. Nesse sentido, cada litro de diesel que não precisa ser utilizado representa uma despesa evitada, uma operação mais eficiente e, como consequência, uma redução das emissões associadas à atividade.

Essa lógica parece simples, mas ainda exige uma mudança de perspectiva. Durante muito tempo, eficiência operacional foi associada, principalmente, à capacidade de movimentar mais carga em menos tempo. Hoje, é preciso acrescentar outra pergunta: quanto foi necessário consumir para realizar esse mesmo trabalho?

A diferença está no planejamento da operação. Um veículo que percorre menos quilômetros para executar a mesma tarefa, um equipamento que reduz deslocamentos desnecessários, uma máquina que permanece menos tempo em marcha lenta ou uma sequência de movimentações melhor organizada produzem o mesmo efeito: fazem a operação gastar menos para entregar o mesmo resultado.

É aí que tecnologia e inteligência operacional deixam de ser conceitos abstratos. Sistemas de monitoramento, automação, análise de dados e planejamento de pátio podem ajudar a identificar movimentos que não agregam valor, reduzir esperas e reorganizar fluxos. O objetivo não é simplesmente consumir menos combustível. É eliminar o consumo que não deveria existir.

Essa distinção é importante porque eficiência e redução de custos caminham juntas. O diesel está entre os itens que pressionam diretamente a conta operacional de transportadoras, terminais e demais empresas da cadeia logística. Reduzir seu uso sem comprometer a produtividade significa transformar uma melhoria de processo em resultado financeiro.

O ganho, porém, não termina no caixa. Menor consumo também significa menor emissão de poluentes. Quando uma operação se torna mais racional, tende a utilizar menos recursos para produzir o mesmo resultado. Sustentabilidade, nesse caso, aparece como consequência direta da eficiência.

Isso também muda a forma de estabelecer metas. Em vez de olhar apenas para toneladas movimentadas, número de contêineres ou quantidade de operações realizadas, é possível acompanhar indicadores como consumo de combustível por movimentação, por equipamento ou por unidade produzida. Esses dados ajudam a identificar onde estão as perdas e quanto custa mantê-las.

Há uma vantagem adicional nessa abordagem: ela aproxima a sustentabilidade da rotina de quem toma decisões operacionais. Não se trata de uma agenda paralela, distante do negócio, mas de avaliar se cada deslocamento, cada hora de funcionamento e cada etapa da operação são, de fato, necessários.

No ambiente logístico, eficiência tem muito a ver com retirar excessos do processo. Menos espera, menos deslocamento vazio, menos ociosidade, menos retrabalho e, também, menos combustível consumido sem necessidade.

Por isso, o diesel que não foi consumido também precisa entrar na conta do resultado. Ele representa um custo que não aconteceu, uma eficiência conquistada e uma emissão que deixou de ocorrer.

No fim, uma operação competitiva não é aquela que simplesmente movimenta mais. É aquela que consegue fazer melhor uso dos recursos que já possui.

E, muitas vezes, o melhor indicador de eficiência está justamente naquilo que a operação conseguiu deixar de gastar.

Beto Umbuzeiro escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

UMA OPERAÇÃO COMPETITIVA NÃO É AQUELA QUE SIMPLEMENTE MOVIMENTA MAIS. É AQUELA QUE CONSEGUE FAZER MELHOR USO DOS RECURSOS QUE JÁ POSSUI.

BRASIL EXPORT

Fórum Nacional debate políticas de inovação no sistema portuário

Painel em Brasília discutirá recursos para pesquisa e desenvolvimento, cibersegurança e preparação da infraestrutura para novos desafios

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

Divulgação



A discussão durante o painel do Fórum Nacional deverá abordar os investimentos em soluções para o setor portuário e os mecanismos de incentivo à inovação na infraestrutura

A aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento, a segurança digital e a preparação da infraestrutura para novos desafios estarão entre os temas do Fórum Nacional Brasil Export 2026, que será realizado entre os dias 6 e 8 de outubro, em Brasília (DF). O assunto será discutido no painel “Políticas públicas de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação no sistema portuário”, marcado para as 15h45 do dia 6 de outubro.

Um dos temas do debate

será a aplicação de recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento (P&D). A discussão deve abordar os investimentos em soluções

para o setor portuário e os mecanismos de incentivo à inovação na infraestrutura. A modernização dos portos envolve diferentes

frentes, desde o desenvolvimento de novas soluções até a atualização de sistemas já utilizados nas operações. O uso cada vez maior de recursos tecnológicos também traz novos pontos de atenção para empresas e autoridades responsáveis pela infraestrutura.

A cibersegurança aplicada ao setor portuário estará entre eles. O painel deverá tratar da proteção de sistemas e operações diante da digitalização dos processos e dos riscos associados ao ambiente tecnológico.

A preparação de portos, aeroportos e espaços de fronteira para os desafios futuros será outro ponto da discussão. A programação prevê uma análise das mudanças tecnológicas e das

novas demandas que podem exigir adaptações na infraestrutura e nas operações desses setores.

A moderação será feita por Angelino Caputo, presidente do Conselho Tech do Brasil Export. Participam como debatedores Nilson Oliveira, Chief Operating Officer da Apura Cyber Intelligence S/A, e Tetsu Koike, diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Ministério de Portos e Aeroportos.

O Fórum Nacional Brasil Export 2026 será realizado no Royal Tulip Alvorada, em Brasília, e reunirá representantes dos setores público e privado para discutir temas relacionados à infraestrutura, logística, transportes, portos e desenvolvimento econômico.

PROGRAMAÇÃO BRASIL EXPORT 2026

06 OUTUBRO | TERÇA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas
09h00 Palestra de Abertura InfraESG
Uma parceria com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
09h30 Painel InfraESG | Os impactos da governança integrada e das ações de responsabilidade social no setor de infraestrutura
Moderação: Felipe Queiroz, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
O setor de infraestrutura na liderança da transformação da qualidade de vida e da competitividade no País | Estratégias para otimizar o impacto social positivo nas populações afetadas por obras e operações contínuas, transformando investimentos em saneamento, energia e mobilidade em vetores de desenvolvimento humano | Investimentos em compliance e governança buscando mitigar riscos jurídicos e atrair capital de longo prazo para concessões
Debatedores: Anselmo Leal, diretor-presidente e de Relações com Investidores da Águas do Rio Fábio Rogério Carvalho, CEO da Aeroportos do Brasil (ABR); Demais participantes a confirmar
10h15 Intervalo e abertura da Expo Brasil Export 2026
10h45 Painel | ESG além do discurso: negócios, impacto e competitividade
Moderação: Béatrice de Toledo Dupuy, presidente do Conselho ESG do Brasil Export
Governança, dados e competitividade: a nova régua global para os negócios | ESG na prática: negócios, territórios e impacto nas comunidades | Diversidade e inclusão como motores de inovação e geração de valor
Debatedores: Carla Leal, diretora de Mercado para a América Latina do CDP; Danielly Mello Freire, diretora Brasil da Global Reporting Initiative (GRI); Mônica Gregori, diretora de Impacto do Pacto Global da ONU – Rede Brasil
11h30 Palestra especial: João Paulo Capobianco, ministro do Meio Ambiente
12h00 Encerramento da manhã
14h00 Apresentação especial em definição pelo Conselho Feminino do Brasil Export
14h30 Painel em definição
15h15 Apresentação de Anderson Soares, vice-presidente do AI Brasil e fundador do Centro de Excelência em IA (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Tema: Inteligência artificial
15h45 Painel | Políticas públicas de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação no sistema portuário
Moderação: Angelino Caputo, presidente do Conselho Tech do Brasil Export
Fundos destinados para P&D | Cibersegurança aplicada ao setor de infraestrutura portuária | Como preparar portos, aeroportos e espaços de fronteira para os desafios futuros
Debatedores: Nilson Oliveira, Chief Operating Officer da Apura Cyber Intelligence S/A; Tetsu Koike, diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Ministério de Portos e Aeroportos
16h30 Intervalo
17h00 Painel a definir
17h00 Espaço Expo: sessão de autógrafos do livro Uma escolha de vida: trajetória no Tribunal de Contas da União, pelo presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo
18h00 Solenidade oficial de abertura

19h30 Coquetel | Oferecimento: Santos Brasil

07 OUTUBRO | QUARTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas
09h00 Abertura do Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias (ENAPH)
09h30 Apresentação especial ENAPH
10h00 Painel de debates ENAPH
10h45 Intervalo
11h15 Momento PIANC Brasil | World Association for Waterborne Transport Infrastructure
12h00 Encerramento do período da manhã
14h00 Apresentação internacional
14h45 Painel de debates internacional
15h15 Palestra ABDINFRA | Associação Brasileira de Direito de Infraestrutura
15h45 Painel | Direito da infraestrutura e segurança jurídica
Ações para aumentar a previsibilidade institucional | Instrumentos para transmitir confiança a investidores | O papel do Poder Jurídico para um ambiente de negócios mais estável no Brasil
16h30 Intervalo
16h30 Espaço Expo: sessão de autógrafos do livro Clima, Riscos e Desastres, por Luís Antonio de Mello Awazu
17h00 Abertura do Encontro de Direito de Transporte, Energia e Mineração (InfraJur)
17h15 Painel | Estabilidade regulatória e previsibilidade para investimentos no setor de infraestrutura | Autonomia das agências reguladoras | Fiscalização de serviços fundamentais sem viés político | Investimentos em estrutura e quadro de profissionais
18h00 Palestra especial InfraJur
18h30 Encerramento

08 OUTUBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas
09h00 Palestra especial de abertura
09h30 Painel | Reindustrialização e ganhos de eficiência dos corredores de exportação nos portos e fronteiras
10h00 Espaço Expo: sessão de autógrafos do livro Uma Lenda dos Mares, pelo prático Fábio Mello Fontes
10h45 Painel | Futuro dos biocombustíveis e da evolução do cenário brasileiro de energia
11h30 Painel a definir
12h15 Encerramento da manhã
14h00 Apresentação a definir
14h30 Painel | Estratégias para fortalecer a competitividade da mineração brasileira no mercado global
15h15 Apresentação a definir
15h45 Intervalo
16h10 Painel | Investimentos de terminais para a recepção dos navios de nova geração
17h00 Palestra especial de encerramento

MINERAÇÃO

TGM e EDEM fecham negócio de US\$ 5 milhões com terras raras

Transação envolve seis direitos minerários em Poços de Caldas e pagamento em ações da Rare Earths Americas

Agência Minera Brasil
Estadão Conteúdo

A Terra Goyana Mineradora (TGM) e a EDEM Projetos concluíram uma transação de aproximadamente US\$ 5 milhões com a Rare Earths Americas envolvendo direitos minerários para terras raras na região de Poços de Caldas, em Minas Gerais.

O negócio abrange

734 hectares distribuídos por seis direitos minerários em uma área considerada pelas empresas promissora para a ocorrência de elementos de terras raras hospedados em argilas iônicas (IAC).

O pagamento será realizado em ações da Rare Earths Americas. A companhia exerceu a opção de compra após a realização de sondagens iniciais e IPO e, agora, deverá avançar com o processo de cessão dos direitos minerários e

com novas campanhas de sondagem na área.

A REA já possui outros direitos minerários na região da Caldeira de Poços de Caldas, que vem atraindo empresas interessadas principalmente no potencial para depósitos de terras raras associados a argilas iônicas.

Para TGM e EDEM, o fechamento do negócio amplia uma sequência de operações envolvendo ativos de minerais críticos desenvolvidos pelo grupo.

Esta é a quarta transação realizada pelas empresas nesse segmento. As anteriores incluem o Projeto Carina, negociado com a Aclara, além de duas transações realizadas com a Power Minerals.

O histórico começa a desenhar uma estratégia empresarial baseada na identificação, prospecção, desenvolvimento inicial e posterior negociação de projetos minerais com companhias interessadas em avançar para etapas mais intensivas de exploração e desenvolvimento.

“A conclusão da quarta transação do grupo em minerais críticos, somando-se ao Projeto Carina para a Aclara e às duas transações com a Power Minerals, é uma chancela da capacidade do nosso grupo de prospectar e desenvolver ativos minerais de altíssima qualidade. Estamos satisfeitos em alcançar esse marco”, afirma Luiz Curado, diretor de

Novos Negócios do grupo TGM/EDEM.

A nova transação ocorre em meio ao aumento do interesse empresarial por projetos de terras raras na região de Poços de Caldas. A ocorrência de mineralização associada a argilas iônicas tem colocado a região no radar de companhias que buscam desenvolver novas fontes desses elementos.

Os minerais de terras raras ganharam importância estratégica pelo uso em diferentes aplicações tecnológicas e industriais, incluindo ímãs permanentes empregados em motores elétricos, geração eólica e equipamentos de alta tecnologia.

Com a conclusão da aquisição, a Rare Earths Americas deverá assumir a próxima etapa de desenvolvimento dos seis direitos minerários, ampliando os trabalhos de sondagem para avaliar o potencial da área.

Minera Brasil (gerada por IA)



Minerais de terras raras são importantes pelo uso em aplicações como ímãs permanentes empregados em motores elétricos, geração eólica e equipamentos de alta tecnologia

Ouro cai 1,33% com alta dos Treasuries e temor de Fed mais duro

Metal também foi pressionado pelo fortalecimento do dólar, enquanto mercado ampliou aposta em nova elevação dos juros nos Estados Unidos

Estadão Conteúdo

O ouro fechou em queda nesta quarta-feira, 23, impactado pela perspectiva de um Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) mais hawkish após os juros dos Treasuries voltarem a subir em meio ao aumento das tensões entre

Estados Unidos e Irã.

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para dezembro encerrou em queda de 1,33%, a US\$ 4318,4 por onça-troy. A prata para dezembro caiu 2,35%, a US\$ 66,96 por onça-troy.

A queda do ouro acompanhou a alta do dólar americano e dos juros Treasuries, após o petróleo voltar a subir, interrompendo quase uma semana de quedas consecutivas.

Dirigentes do Federal Reserve expressaram preocupações com as perspectivas para a inflação desde que o banco central elevou os juros na semana passada pela primeira vez em três anos, o que penaliza a commodity metálica.

O diretor do Fed, Michael Barr, disse hoje que novas altas de juros provavelmente serão necessárias para levar a inflação de volta à meta de 2% do Fed. Segundo a plataforma FedWatch, do CME

Group, o mercado aumentou sua expectativa em uma alta de 50 pontos-base pelo BC americano até dezembro.

Em paralelo, o mercado monitora a nova alta do petróleo, depois que o Brent interrompeu uma sequência de cinco dias de quedas e subiu aos US\$ 102 por barril. O movimento reflete o aumento das tensões entre Estados Unidos e Irã, após declarações de autoridades iranianas praticamente eliminarem as chances de um

acordo no curto prazo para a liberação do Estreito de Ormuz.

O presidente iraniano, Masou Pezeshkian, disse em seu discurso na Assembleia Geral da ONU que a navegação livre no Estreito de Ormuz só será retomada após a suspensão das sanções contra o regime iraniano. Já o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, também alertou autoridades europeias sobre seu apoio aos EUA e Israel.

PETRÓLEO E GÁS

Petrobras mantém E&P como prioridade e amplia busca por novas reservas

Companhia concentra investimentos em exploração e produção, aposta na revitalização de campos maduros e avança na África

Estadão Conteúdo

A Petrobras continuará concentrando a maior parte de seus investimentos nas áreas de Exploração e Produção (E&P) e na expansão do refino, ao mesmo tempo em que amplia a busca por novas reservas no Brasil e no exterior. A estratégia foi detalhada nesta quarta-feira (23) pela presidente da companhia, Magda Chambriard, durante a J.Safra Investment Conference, em São Paulo.

Na área de exploração, a estatal vem reforçando sua presença no continente africano, considerado uma das frentes para reposição de reservas. Magda destacou os oito contratos de partilha de produção assinados pela Petrobras na Costa do Marfim na semana passada e afirmou

que a empresa continuará avaliando oportunidades em regiões com características geológicas semelhantes às brasileiras.

“Estamos acreditando na área que anunciamos no dia 17 (de setembro) na Costa do Marfim. Onde tiver similaridade com o Brasil (na África) vamos estudar”, afirmou.

A companhia também assinou nesta quarta-feira um memorando de entendimento com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), de Moçambique, dentro do movimento de ampliação de sua atuação no continente. A estratégia inclui a avaliação de blocos disponíveis em diferentes países africanos.

Além da expansão para novas fronteiras exploratórias, a Petrobras pretende elevar a produção de áreas já conhecidas. Magda destacou a recuperação de campos maduros, especialmente na Bacia de Campos, onde, segundo



Divulgação

“
ESTAMOS
ACREDITANDO
NA ÁREA QUE
ANUNCIAMOS
NO DIA 17 (DE
SETEMBRO)
NA COSTA DO
MARFIM.
ONDE TIVER
SIMILARIDADE
COM O BRASIL
(NA ÁFRICA)
VAMOS ESTUDAR”

MAGDA CHAMBRIARD
presidente da Petrobras

ela, apenas 18% do potencial foi produzido até agora.

A expectativa da companhia é elevar esse índice para uma faixa entre 30% e 35% por meio da revitalização dos ativos. A presidente afirmou que a recuperação desses campos ganhou intensidade durante sua gestão.

“Precisamos ter mais esforços nos campos maduros para tirar mais deles. Já os campos economicamente marginais são diferentes. É animal que precisa ser tratado com terceirização e operação ou cessão de direitos”, disse.

No refino, Magda afirmou que a Petrobras também continuará direcionando investimentos para ampliar a capacidade do parque existente. Segundo a executiva, a companhia vem aumentando a produção de diesel e trabalha com a perspectiva de alcançar a autossuficiência no combustível no próximo

quinquênio.

Ela afirmou que o parque de refino foi “repaginado” e atualmente opera acima de 100% de sua capacidade nominal em determinados períodos. “Avançamos na produção de diesel e a expectativa é ser autossuficiente no próximo quinquênio”, disse.

Questionada sobre possíveis impactos para a Petrobras caso o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, cumpra a ameaça de suspender as exportações americanas de diesel, Magda não comentou os eventuais efeitos da medida sobre a companhia.

A estratégia de exploração também inclui projetos na Margem Equatorial brasileira e novas oportunidades internacionais. Na Colômbia, a Petrobras avança nos estudos do bloco GUA-OFF-0, em águas profundas, onde anunciou em agosto uma nova descoberta de acumulação de gás no poço exploratório Sandia-1.

Petrobras e Exxon discutem licenciamento de blocos na Foz do Amazonas

A Petrobras mantém conversas com a ExxonMobil para atuar de forma conjunta na obtenção das licenças ambientais dos blocos adquiridos pelas duas empresas na Bacia da Foz do Amazonas. As áreas foram arrematadas no 5º Ciclo de Oferta Permanente de Concessão, realizado em 2025 pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“A ideia é que eles, como

operadores, também demandem uma licença para os poços em que nós somos parceiros. A Exxon já tem a sísmica daqueles blocos”, afirmou a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Sílvia Anjos, durante a ROG.e 2026.

Nos blocos FZA-M-1040, FZA-M-1042, FZA-M-188, FZA-M-190 e FZA-M-403, a Petrobras será a operadora e a ExxonMobil terá participação de

50%. Nessas áreas, a estatal aguarda autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em outros cinco blocos — FZA-M-477, FZA-M-547, FZA-M-549, FZA-M-619 e FZA-M-621 —, a configuração será inversa: a ExxonMobil será a operadora, enquanto a Petrobras ficará com participação de 50%.

A estatal também participa de levantamento sísmico 3D contratado das

empresas SLB e Shearwater GeoServices na região. Entre as companhias atendidas pelo trabalho está ainda a Chevron, que estuda uma área localizada a cerca de 130 quilômetros do poço exploratório Morpho.

A Petrobras já recebeu autorização do Ibama para perfurar três poços adjacentes a Morpho e aguarda licenciamento para outros cinco poços em blocos próximos ao FZA-M-59. Segundo Sílvia, o foco imediato está na perfuração de Manga, Crotalus e da extensão de Morpho.

A diretora afirmou que a companhia ainda precisa confirmar a viabilidade comercial do petróleo encontrado na região antes de avançar para etapas posteriores, como a definição da estrutura logística necessária para uma eventual produção.

PETRÓLEO E GÁS

ANP aplica mais de R\$ 200 milhões em multas por aumentos abusivos de combustíveis

Agência identificou casos em que margens brutas de distribuidoras subiram mais de 1.350%; empresas ainda podem recorrer das decisões

Divulgação

Estadão Conteúdo

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou nesta quarta-feira (23) que já aplicou mais de R\$ 200 milhões em multas a distribuidoras de combustíveis por elevação abusiva de preços. As penalidades decorrem de decisões de primeira instância administrativa tomadas em processos abertos a partir de autos de infração lavrados pelas equipes de fiscalização da agência.

Segundo a ANP, as apurações identificaram casos em que as margens brutas das distribuidoras

ras aumentaram mais de 1.350%. A agência não informou quais empresas foram multadas nem detalhou individualmente os valores aplicados em cada processo.

“As penalidades resultam de decisões de primeira instância administrativa em autos de infração lavrados pelas equipes de fiscalização da ANP. As empresas podem apresentar os recursos previstos nas normas da agência”, informou o órgão em nota.

Os processos estão relacionados a fatos ocorridos durante os períodos de vigência das Medidas Provisórias nº 1.340/2026 e nº 1.349/2026. A agência informou que ainda segue julgando casos envolvendo distribuidores e revendedores de combustíveis e de gás liquefeito de petróleo (GLP).

As decisões já tomadas, portanto, não encerraram a atuação da ANP sobre as ocorrências verificadas durante o período. Outros processos permanecem em análise administrativa e podem resultar em novas decisões.

A fiscalização alcança diferentes etapas da cadeia de comercialização. Além das distribuidoras, a agência acompanha a atuação de revendedores e mantém o monitoramento dos preços praticados no mercado de combustíveis e de GLP.

A ANP também atua em cooperação com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e com Procons de todo o País. O trabalho conjunto envolve ações de fiscalização e acompanhamento da evolução dos preços ao consumidor.



As apurações da ANP identificaram casos em que as margens brutas das distribuidoras aumentaram mais de 1.350%. A agência não informou quais empresas foram multadas

O monitoramento ocorre paralelamente à tramitação dos processos administrativos instaurados pela agência. Nos casos em que há autuação, as empresas podem apresentar defesa e recorrer das decisões dentro das instâncias previstas pela regulamentação da ANP.

O valor superior a R\$ 200 milhões corresponde às multas já aplicadas em primeira instância admi-

nistrativa. Como os recursos ainda são possíveis, as decisões podem passar por novas etapas dentro da própria agência antes do encerramento definitivo dos processos.

A ANP não informou prazo para a conclusão dos casos que ainda estão em julgamento nem estimou se o valor total das penalidades poderá aumentar à medida que novas decisões forem tomadas.

TCU adia análise sobre política de preços da Petrobras

Ministro Odair Cunha pediu vista por 30 dias em processo que acompanha governança da estratégia comercial de diesel e gasolina

Estadão Conteúdo

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Odair Cunha pediu vista por 30 dias no processo de acompanhamento da política de preços da Petrobras. A análise envolve a execução e a governança da Estratégia Comercial de Diesel e Gasolina adotada

pela companhia.

O ministro justificou o adiamento pela existência de outro processo relacionado ao mesmo tema que também está sob sua relatoria. A discussão prevista para esta quarta-feira (23) ocorreria em caráter reservado.

Os autos estão classificados como sigilosos devido à sensibilidade das informações relacionadas à política comercial da estatal. O monitoramento re-

alizado pelo TCU integra o acompanhamento regular da estratégia da Petrobras e servirá de base para a terceira etapa da fiscalização sobre o tema.

A Corte de Contas já analisou anteriormente aspectos da política de preços. No ano passado, por exemplo, determinou que a Petrobras criasse uma norma interna para detalhar os procedimentos adotados na execução de sua estratégia comercial de diesel e

gasolina.

O atual modelo de precificação considera outras variáveis além das referências internacionais. Entre os fatores utilizados está o custo interno de produção dos combustíveis.

Segundo técnicos do TCU, o trabalho do tribunal se concentra na sustentabilidade econômico-financeira da estratégia e na observância das regras de governança. A fiscalização não produz parecer sobre

o mérito das decisões comerciais da companhia, mas verifica se as etapas e os procedimentos internos foram cumpridos.

Com o pedido de vista de Odair Cunha, a análise fica suspensa por 30 dias antes de retornar à pauta do tribunal.

Agora o conjunto está estruturado para ficar na faixa de fechamento da página, com a ANP claramente maior e o TCU mantido abaixo de 2 mil toques.

INDÚSTRIA

MP-SP recomenda congelar aporte de mais de US\$ 400 milhões da Braskem

Promotoria cobra mais informações sobre operação com a Braskem Idesa e efeitos sobre a recuperação extrajudicial da companhia

Estadão Conteúdo

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP), por meio da Promotoria de Justiça de Falências, recomendou à juíza da 2ª Vara de Falências de São Paulo, que homologou o pedido de recuperação extrajudicial da Braskem, o congelamento do aporte de mais de US\$ 400 milhões anunciado pela petroleira em sua subsidiária Braskem Idesa. A injeção de recursos faz parte do plano de recuperação judicial apresentado em agosto à Justiça dos Estados Unidos, por meio do Chapter 11, pela Braskem Idesa.

A manifestação responde a uma petição encaminhada à juíza da re-

cuperação extrajudicial da companhia pelo maior grupo de credores da Braskem, detentores de cerca de US\$ 7 bilhões em títulos de dívida (bondholders) emitidos pela empresa no exterior.

Eles questionam a ausência de informações sobre o aporte, entendendo que essa injeção de capital na subsidiária pode ter impacto financeiro no processo da companhia no Brasil.

Os credores afirmam, segundo a petição, que esses recursos que estão sendo alocados na Braskem Idesa são a fundo perdido, porque serão convertidos em ações. Os bondholders dizem ainda que o comprometimento de recursos da Braskem com o aporte vai além dos US\$ 476 milhões e pode chegar a US\$ 800 milhões.

Uma audiência para deferimento ou não do

plano de recuperação judicial da Braskem Idesa está prevista para esta quinta-feira, 24, na Justiça dos EUA. Os credores externos e a Braskem travam uma disputa em torno de um aporte de capital, que vem sendo exigido por esses credores de seus acionistas, especialmente da Petrobras.

A discussão sobre o aporte se tornou um dos pontos centrais da disputa entre a companhia e os detentores de títulos no exterior. Além de questionar o volume de recursos destinado à subsidiária mexicana, o grupo cobra informações sobre os efeitos da operação sobre a liquidez da Braskem e sobre sua capacidade de cumprir as obrigações assumidas no processo de reestruturação financeira no Brasil. O tema deverá ser analisado pela Justiça no andamento dos dois processos.

De acordo com documento obtido pelo Estadão/Broadcast, o MP pede que o congelamento seja mantido até que a operação seja explicada, em relatório detalhado em português, com valores, riscos, impacto no caixa, identificando quem a aprovou, eventuais conflitos de interesse e se houve uso do crédito da Petrobras.

O Ministério Público ressalta que não há qualquer ilegalidade no aporte, mas a questão primordial é a falta de informações detalhadas, as quais os credores vinham pedindo desde o processamento da recuperação judicial da Idesa.

O MP recomenda ainda que a Braskem, Petrobras e a IG4 Capital prestem esclarecimentos. De acordo com o MP, os credores reclamam que tais recursos estão sendo direcionados à subsidiária mexicana

em um momento em que a Braskem negocia uma reestruturação de dívidas de mais de US\$ 11 bilhões, sem prestar informações suficientes.

Outras recomendações

O MP faz outras recomendações, atendendo a um pedido de parecer da juíza da recuperação judicial, feito anteriormente, de nomeação de um administrador judicial, algo incomum em recuperação extrajudicial, com o objetivo de auxiliar o juiz do caso, diante de sua complexidade.

O MP também se manifesta quanto à contagem dos créditos para alcance do quórum de 39,5% exigido pela lei brasileira de recuperação judicial e falências para o ingresso com pedido de recuperação extrajudicial. Segundo o MP, não se pode somar os credores de todas as empresas do grupo, devendo cada empresa sozinha ter pelo menos 1/3 de adesão para entrar com o pedido.

O entendimento é o de que a Braskem Netherlands e a Braskem America Finance não atingem esse mínimo. Para o MP, essas duas não deveriam ter proteção contra cobranças e podem até ser excluídas do processo.

O MP também defende que “o plano do plano” não atende aos requisitos da lei para o ingresso de um pedido de recuperação extrajudicial, devendo conter condições econômicas reais, como desconto, prazos, juros e garantias, para que o credor saiba ao que está aderindo.

Divulgação



A injeção dos US\$ 400 milhões faz parte do plano de recuperação judicial apresentado em agosto à Justiça dos Estados Unidos, por meio do Chapter 11, pela Braskem Idesa

INOVAÇÃO & TECNOLOGIA

Cade arquiva investigação sobre parceria entre Amazon e Anthropic

Tribunal concluiu que operação não exige notificação obrigatória, mas manteve aberta a possibilidade de nova análise se a relação entre as empresas evoluir

Reprodução

Estadão Conteúdo

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) arquivou a investigação sobre a parceria entre Amazon e Anthropic para ampliar a colaboração no desenvolvimento de inteligência artificial generativa (IA). O negócio também envolve investimento minoritário da Amazon na Anthropic por meio de duas notas conversíveis em ações.

Os conselheiros acompanharam o voto do relator, José Levi Mello do Amaral Jr., que concluiu que as operações não são de notificação obrigatória ao Cade e que a aquisição de participação minoritária não atende ao critério de faturamento exigido.

O caso era investigado por meio de Procedimento Administrativo para Apuração de Ato de Concentração (Apac). Em maio, o relator havia retirado o processo de pauta para realização de novas diligências. Na sessão desta quarta-feira (23), Levi concluiu que a colaboração entre as empresas não configura contrato associativo.

Segundo ele, os elementos analisados indicam cooperação estável e crescente interdependência entre Amazon e Anthropic, mas não foram identificados órgão deliberativo comum, orçamento ou contabilidade compartilhados, equipe mista, copropriedade de ativos, precificação conjunta, me-



As partes envolvidas alegaram que a Anthropic e seu grupo econômico não atingiram o critério de faturamento superior a R\$ 75 milhões no Brasil nos anos de 2022, 2023 e 2024

tas comerciais comuns ou responsabilidade comum perante clientes.

“A análise revela elementos que aproximam o arranjo da figura do empreendimento comum”, afirmou Levi, ao citar a intensificação da integração. O relator ponderou, porém, que não houve mudança qualitativa na alocação dos poderes decisórios. “Entendo, assim, que ainda não se configurou empreendimento comum para exploração de atividade econômica, embora o arranjo tenha se aproximado progressivamente dessa figura.”

Levi ressaltou ainda que a decisão não vincula o Cade em relação a mudanças futuras na relação entre as empresas nem impede nova análise caso a evolução dos acordos ou do mercado revele práticas ou efeitos potencialmente prejudiciais à con-

corrência.

O relator também destacou que o Brasil ainda não dispõe de regime regulatório equivalente aos instrumentos adotados pela União Europeia e pelo Reino Unido para os mercados digitais, tema em discussão em projeto de lei no Congresso. “Isso não significa, contudo, que o Cade esteja desprovido de mecanismos para acompanhar as transformações desses mercados e responder a riscos concretos à concorrência”, afirmou.

O presidente interino do Cade, Diogo Thomson, disse que o voto estabelece precedente para futuras análises do órgão em casos envolvendo IA. O conselheiro Carlos Jacques afirmou que o caso não é trivial, diante do “vertiginoso crescimento” do setor, e citou alerta recente do CEO da Anthropic, Da-

rio Amodei, em defesa de uma moderação no ritmo de desenvolvimento da inteligência artificial.

Ao acompanhar o relator, a conselheira Camila Cabral afirmou que o arquivamento não significa imunidade concorrencial nem afasta eventual exame posterior dos riscos decorrentes dessas relações empresariais. “Resalto a importância de que operações dessa natureza permaneçam sob especial atenção do Cade.”

Investigação

A investigação foi aberta de ofício em outubro de 2024. As partes alegaram que a Anthropic e seu grupo econômico não atingiram o critério de faturamento superior a R\$ 75 milhões no Brasil em 2022, 2023 e 2024.

A Amazon também

sustentou que os acordos não têm caráter de exclusividade e que as transações favorecem a concorrência ao permitir que a Anthropic continue desenvolvendo sistemas de IA generativa e se mantenha como alternativa a grandes empresas do setor, como Microsoft, Meta e Google.

Para demonstrar a independência comercial da Anthropic, a Amazon Brasil destacou parcerias tecnológicas, contratos de capacidade computacional e investimentos ou compromissos de investimento de empresas como Nvidia, Microsoft, Google, Broadcom e SpaceX. Segundo a companhia, essas relações mostram que a Anthropic segue uma estratégia multcloud e permanece livre para contratar fornecedores e investidores concorrentes da Amazon.

FINANÇAS

Dólar sobe 1,28% e alcança maior valor de fechamento em setembro

Seguindo a valorização no exterior, a moeda americana encerrou a quarta-feira cotada a R\$ 5,16. A divisa ainda recua frente ao real no mês (0,23%). No ano, as perdas são de 5,84%

Estadão Conteúdo

O dólar acentuou os ganhos frente ao real ao longo da tarde da quarta-feira, 23, alinhado à onda de valorização da moeda norte-americana no exterior. A retomada da trajetória de alta do petróleo, na esteira da frustração nas negociações entre EUA e Irã, e dados fortes da economia dos EUA impulsionaram o retorno dos Treasuries, abalando as divisas emergentes.

O real, que costuma ser mais castigado que seus pares em picos de aversão ao risco, apresentou perdas inferiores nesta quarta às de outras divisas latino-americanas. Analistas ponderam que a melhora dos termos de troca com o avanço do petróleo mitiga parte das pressões sobre a moeda brasileira, que ganhou fôlego nas últimas semanas com o acirramento da corrida presidencial.

Pesquisa Atlas/Bloomberg divulgada pela manhã



Magnific

Em alta firme desde a abertura dos negócios, o dólar rompeu o teto de R\$ 5,15 no fim da manhã, registrou máxima de R\$ 5,17 à tarde, mas terminou o dia a R\$ 5,16

confirmou o quadro de empate técnico entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em eventual segundo turno.

Em alta firme desde a abertura dos negócios, o dólar rompeu o teto de R\$ 5,15 no fim da manhã e registrou máxima de R\$ 5,1760 à tarde. Terminou o dia com avanço de 1,28%, a R\$ 5,1682 - maior valor de fechamento desde 31 de agosto (R\$ 5,1801). A mo-

eda norte-americana ainda recua frente ao real no mês (0,23%), após valorização de 2,16% em agosto. No ano, as perdas são de 5,84%.

“O que mais impactou o dólar hoje foram os dados de atividade nos EUA, além da alta do petróleo, com o retorno das incertezas no conflito no Oriente Médio”, afirma o especialista em câmbio Nicolas Gomes, da Manchester Investimentos. “Os números mostram que a economia dos EUA segue aquecida, reforçando a

tese da pressão inflacionária. Sem um guidance claro como havia com o último presidente do Federal Reserve, os dados econômicos ganham ainda mais peso na formação das expectativas.”

Pesquisa preliminar da S&P Global mostrou que o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) composto - que agrega os setores de serviços e indústria - subiu em setembro mais do que as expectativas e atingiu o maior nível em 62 meses. Após cinco ses-

sões consecutivas de baixa, coroadas na terça com a declaração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre conversas “muito positivas” com o Irã, o petróleo voltou a subir com força após a ausência de progresso nas negociações.

DXY

Referência do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY superou os 101,000 pontos e operava na casa de 101,100 pontos perto do fim da tarde, em alta de 0,50%, após máxima aos 101,231 pontos. Trata-se dos maiores níveis desde fins de julho.

Para o economista sênior da Nomad, Vitor Kayo, os números do PMI reforçam a leitura de que a economia americana segue “resiliente” após o Federal Reserve ter elevado a taxa de juros. “O Fed afirmou que a alta veio em um momento de economia forte e mercado de trabalho consistente com pleno emprego, reforçando que o combate à inflação segue sendo a prioridade”, afirma Kayo.

Ibovespa recua com petróleo em alta

Queda foi de 0,86%, aos 185,8 mil pontos. O giro financeiro do dia foi de R\$ 20 bilhões

Estadão Conteúdo

Na hora final do pregão desta quarta-feira, 23, o Ibovespa acelerou as perdas e se acomodou na faixa dos 185 mil pontos, em resposta a uma volta da cautela no mercado com

o petróleo novamente em alta, o fortalecimento da economia norte-americana e em meio às expectativas para as eleições.

No fim do dia, o principal índice da B3 caiu 0,86%, aos 185 814,09 pontos, depois de tocar a mínima de 185.676,38 pontos durante a tarde. O giro financeiro do dia foi de R\$ 20 bilhões. Mesmo com a baixa desta quarta, o Ibovespa ainda acumula ganho de 4,73%

no mês.

Negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), o petróleo Brent para dezembro fechou em alta de 2,84%, a US\$ 98,12 o barril, impulsionando a Petrobras, que subiu quase 3% no dia. Havia grande expectativa do mercado para um avanço nas negociações entre EUA e Irã a respeito do fim da guerra no Oriente Médio, mas, sem novos passos nessa direção, o

avanço da commodity reacendeu os receios sobre um movimento inflacionário no mundo.

“A base para a queda do preço do petróleo estava sustentada por expectativas frágeis de um próximo acordo entre EUA e Irã, que não se confirmou”, afirma Pedro Galdi, analista de investimentos da AGF Investimentos.

A isso se somaram os índices dos gerentes de

compras (PMIs, em inglês) do setor de serviços e da indústria dos EUA, que vieram mais fortes do que o esperado e nos mais altos níveis desde 2022 “Hoje o mercado está mais pressionado pelo ambiente externo, com a alta dos Treasuries após dados fortes da economia americana, elevando as apostas em juros mais altos nos EUA”, diz Régis Chinchila, analista da Terra Investimentos.

Zanin nega pedido para obrigar Senado a instalar CPI do Master

Solicitação foi feita pelo senador Alessandro Vieira. Ministro do STF disse que a análise exige informações de outros pedidos de CPI sobre o banco apresentados ao Senado

Antonio Augusto / STF

Estadão Conteúdo

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido de liminar apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) para obrigar o Senado a dar andamento à CPI do Banco Master. Para o ministro, não ficou demonstrada, neste momento, uma omissão ilegal do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), que justificasse a intervenção do Judiciário.

Vieira recorreu ao STF contra a falta de andamento de um requerimento para a criação da comissão. A solicitação inicial da CPI recebeu 41 assinaturas e foi feita em março, mas Alcolumbre não analisou o documento.

Na decisão, Zanin afir-

mou que a análise do caso exige informações sobre outros pedidos de CPI relacionados ao Banco Master que já foram apresentados ao Senado.

O ministro considerou especialmente relevante o fato de o próprio senador ter mencionado na ação a existência de um requerimento anterior, também assinado por ele. Segundo Zanin, é preciso verificar a tramitação desse pedido e se há sobreposição entre as propostas antes de concluir que a Presidência do Senado deixou de cumprir uma obrigação.

A decisão também considera a possibilidade de o novo requerimento tratar de um recorte de uma investigação já proposta anteriormente. Por isso, segundo o ministro, não há elementos suficientes para determinar, por meio de liminar, que a comissão seja instalada.



Zanin considerou relevante o fato de o próprio senador ter mencionado na ação a existência de um requerimento anterior, também assinado por ele

Zanin citou entendimento anterior do STF segundo o qual, para questionar judicialmente uma suposta omissão do presidente de

uma Casa do Congresso, é necessária prova pré-constituída e inequívoca da irregularidade.

A decisão não impede

que a CPI seja instalada nem encerra a análise do processo. O ministro rejeitou apenas o pedido de medida provisória feito por Vieira.

Fux pede posição sobre Barci no Senado

Ministro deu prazo para Alcolumbre se manifestar sobre acessos da esposa de Moraes à Casa

Antonio Augusto / STF

Agência Brasil

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de dez dias para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se manifestar sobre o pedido de acesso a eventuais registros de entrada e saída da advogada Viviane Barci, esposa do ministro Alexandre de Moraes, e do ex-banqueiro Daniel Vercaro no Senado.

Fux é o relator do mandado de segurança no qual o vereador de Curitiba Guilherme Kilter (Novo) pede



Fux é o relator do mandado de segurança no qual o vereador de Curitiba Guilherme Kilter (Novo)

que a Corte obrigue o Senado a fornecer eventuais registros de entrada e saída

de Viviane, Vercaro e outros citados.

Segundo o parlamentar,

os pedidos de acesso aos dados foram negados pela Casa por envolver "informa-

ções de caráter pessoal".

Na decisão, Fux entendeu que o caso não "vislumbra violação da intimidade ou de informações pessoais" e determinou que a Advocacia do Senado se manifeste sobre a questão.

Além de Viviane e Vercaro, o vereador quer acesso a eventuais registros de entrada do empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, e do empresário Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nas dependências da Casa.

Fux foi sorteado relator do mandado após Alexandre de Moraes se declarar impedido de julgar o caso.

JUSTIÇA

Zambelli pede salvo-conduto para vir ao Brasil votar na mãe

Há mandados de prisão em aberto contra a ex-deputada no país e a defesa alega que a Justiça italiana negou a extradição. Ela pretende chegar ao Brasil na véspera da eleições

Agência Brasil

A ex-deputada Carla Zambelli pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) um salvo-conduto para que possa retornar ao Brasil com o objetivo de votar em sua mãe, Rita Luzia Zambelli Salgado, candidata a deputada federal pelo PL de São Paulo.

Na peça protocolada na segunda-feira (22), a defesa afirma haver mandados de prisão em aberto contra a Zambelli e que a Justiça italiana negou a extradição dela para o Brasil, tendo considerado duvidosa a imparcialidade da Primeira Turma do STF, colegiado responsável por duas condenações contra a ex-deputada.

A defesa também apontou para o pedido de investigação contra o ministro Alexandre de Moraes no caso do Banco Master, que ainda não foi votado pela plenário do STF, o que coloca em dúvida a idoneidade do magistrado, relator

dos casos de Zambelli.

“Circunstâncias que recomendam a preservação cautelar da liberdade até a conclusão da apuração judicial em curso”, escreveram os advogados.

A peça sustenta que, diante de todo esse quadro, Zambelli tem o direito de vir ao Brasil exercer o direito ao voto sem ser presa. “O risco de prisão no ingresso, na permanência ou na saída do País inviabiliza o exercício dessa finalidade e torna necessária a tutela preventiva da liberdade de

locomomoção”, disse a defesa.

A ação foi enviada ao presidente do STF, ministro Edson Fachin, relator do pedido de investigação contra Moraes.

Zambelli quer autorização para chegar ao Brasil no 3 de outubro, votar em 4 de outubro e embarcar de volta para a Itália no dia seguinte.

Entenda

A ex-deputada Carla Zambelli, ainda filiada ao PL de São Paulo, foi condenada a

10 anos de prisão pela Primeira Turma do Supremo, em 2025, pelos crimes de invasão de sistema informático e falsidade ideológica.

Ela foi considerada culpada por encabeçar uma invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizada em 2022, com o objetivo de inserir neles um mandado de prisão falso contra o próprio Moraes. A motivação, segundo a condenação, foi desmoralizar o Poder Judiciário diante das eleições presidenciais iminentes.

Ainda em 2025, ela foi condenada de novo pelo STF, dessa vez a 5 anos e 3 meses de prisão, com regime inicial semiaberto, por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal. O caso está relacionado à perseguição do jornalista Luan Araújo pelas ruas de São Paulo, dias antes do segundo das eleições presidenciais de 2022.

Fuga

Após a primeira condenação, antes que fosse expedida a ordem para o cumprimento da pena, Zambelli se valeu do passaporte europeu para embarcar rumo aos Estados Unidos e depois para a Itália, onde pediu refúgio por perseguição política.

Ela chegou a ser presa em Roma a pedido do STF, por intermédio do governo brasileiro, que pediu sua extradição imediata. A primeira instância da Justiça italiana chegou a conceder a extradição, mas a decisão acabou cassada por um tribunal de apelação, que considerou duvidosa a atuação de Moraes, por figurar como juiz e vítima no mesmo processo.



Agência Brasil / Arquivo

Os advogados de Carla Zambelli alegam que ela tem o direito de vir ao Brasil exercer o direito ao voto sem ser presa

STF iguala prazo de licenças para mães

As licenças maternidade e adotante de 120 dias já valem para as que estão em andamento

Agência Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta-feira (23) unificar os prazos de licença-maternidade e licença-adotante para mu-

lheres. Por unanimidade, os ministros julgaram procedente uma ação da Procuradoria-Geral da República (PGR) para igualar o tempo dos benefícios.

Pelo entendimento firmado pela Corte, mães genitoras e adotantes têm direito às licenças remuneradas de 120 dias, que podem ser prorrogadas por mais 60 dias, independentemente do tipo de vínculo

trabalhista.

O prazo deve ser contado a partir do parto ou obtenção da guarda. Nos casos de internação da mãe, o prazo vale a partir da alta da mãe ou do bebê, o que ocorrer por último.

Conforme a decisão, a nova regra vale para licenças futuras e para as que estão em andamento.

A ação julgada pela Corte foi protocolada pela PGR

em outubro de 2023 e pretendeu estender o tempo das licenças-maternidade e adotante previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regra da iniciativa privada, para as outras categorias, como as servidoras públicas, que são regidas pela Lei 8.112/1990.

Pela CLT, as mães biológicas e adotantes têm direito a 120 dias de licença, prazo que pode ser prorro-

gado por mais 60 dias em empresas que participaram do Programa Empresa Cidadã. Já as servidoras gestantes também podem tirar 120 dias, mas as adotantes só têm direito a 90. No caso do Ministério Público, a licença adotante cai para 30 dias.

Para PGR, o tratamento desigual em relação ao regime de contratação da mulher é inconstitucional.

Com Milei, Argentina fecha 31 mil empresas e 245 mil empregos

Segundo o Monitor Mensal de Empresas, o número de negócios abertos caiu tanto quanto na pandemia. A Indústria, por exemplo, acumula retração de 2,6% em 12 meses

Reprodução / X

Agência Brasil

A Argentina sob o comando do presidente Javier Milei fechou 31,3 mil empresas, 6,1% do total das companhias registradas no país. Além disso, 245 mil postos formais de emprego foram encerrados em 31 meses.

“Se observarmos os dados do governo Milei, vemos que, durante essa gestão, o número de empresas caiu tanto quanto na pandemia”, diz o último informe Monitor Mensal de Empresas, da Fundar, centro de pesquisas da Argentina.

O balanço da Fundar sobre as empresas argentinas abrange os meses de novembro de 2023, quando Milei assumiu o governo, até junho de 2026. Dos 18 setores pesquisados, 14 tiveram queda no número de empresas, prejudicando 23 das 24 províncias argentinas.

A única exceção é a província de Neuquén, onde a exploração de gás natural de Vaca Muerta tem impulsionado as exportações argentinas.

A indústria do país vizinho também vem apresentando retração, no acumulado de 12 meses, de 2,6%, fechados em julho deste ano. A indústria de equipamentos eletrônicos e médicos tem o pior resultado, com queda acumulada de 19,1% em um ano, segundo dados oficiais do Instituto Nacional



A gestão econômica de Javier Milei tem sido duramente criticada até mesmo por veículos de imprensa reconhecidamente liberais

de Estatísticas e Censos (Indec).

Entre as 709 companhias que fecharam as portas no último mês, estão algumas com mais de 50 anos de atividade como a Din S.A. (Grupo Govan) do ramo da metalurgia, e a Clan Issime do ramo têxtil.

A Fundar destaca que a Clan Issime, no seu auge, “chegou a ter 129 funcionários, 14 lojas próprias e mais de cem pontos de venda terceirizados; no momento do fechamento, restavam 9 trabalhadores na fábrica”.

Desemprego

O fechamento de empresas tem afetado o nível de empregos no país ao longo do governo Milei. Entre novembro de 2023 e junho de 2024, se perderam 245,6 mil empregos privados registrados, queda de 3,9% do total, segundo levantamento do Centro de Economia Política Argentina (Cepa).

A perda foi compensa-

da, em parte, por um aumento dos trabalhadores autônomos de 169 mil no período, crescimento de 8,3% nesse perfil de emprego. “Os empregos perdidos são parcialmente substituídos por atividades desprotegidas”, diz o informe da Cepa.

Com isso, a taxa de desemprego na Argentina subiu 0,3 pontos percentuais (p.p.) no primeiro semestre de 2026, se comparado com o mesmo período de 2025, chegando a 7,9% da população economicamente ativa, calcula o Indec.

Inflação vs empregos

A queda no emprego, na renda das famílias e na indústria da Argentina contrasta com os números positivos da inflação do país, que caiu de uma taxa anual de 289%, em abril de 2024, para 33,5%, em agosto deste ano, considerando o acumulado dos 12 meses anteriores.

O professor de econo-

mia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) Paulo Gala comentou à Agência Brasil que a estabilidade inflacionária no país vizinho é frágil.

Segundo o especialista, essa estabilidade é resultado do corte de gastos públicos, dos empréstimos bilionários com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e de uma moeda sobrevalorizada. Porém, ele explica que o peso mais valorizado prejudica a indústria do país.

“A moeda sobrevalorizada ajuda a controlar a inflação, só que ela detona o setor industrial. Estamos vendo agora é a contração industrial, perda de empregos industriais, desemprego com quase 8% e o crescimento perdendo muito fôlego”, afirmou.

A dívida externa de US\$ 350 bilhões é outro elemento apontado pelo economista que revela a fragilidade da situação econômica do principal parceiro comercial do Brasil na América Latina.

The Economist

A agenda econômica do governo de Javier Milei, desde o início do seu mandato, tem recebido apoio de setores do mercado financeiro e da mídia especializada que defendem uma agenda considerada liberal ou neoliberal na economia, com desregulação trabalhista, corte de gastos e abertura comercial.

Mesmo publicações entusiastas da agenda de Milei, como a publicação inglesa The Economist, tem alertado para problemas na gestão econômica.

Em editorial crítico ao governo da Casa Rosada, publicado neste mês, a The Economist escreveu que o país precisa de mais crescimento, e menos “gritaria”, em alusão ao estilo histriônico do político argentino.

“Os salários reais ainda são menores do que quando ele assumiu o cargo; empregos formais estão desaparecendo”, destacou a revista, acrescentando que “Milei se mostrou relutante em aceitar que seus esforços para conter a inflação tenham prejudicado o crescimento”.

Em discurso durante conferência sobre a economia argentina, no final de agosto, o presidente Javier Milei rebateu as análises negativas sobre o desempenho econômico do país.

Ele destacou que são positivos os indicadores de exportações, consumo privado, inflação e do Produto Interno Bruto (PIB), que cresceu 4,4% em 2025, após uma retração de 1,3% em 2024.

INTERNACIONAL

Programa nuclear do Irã não visa bomba atômica, diz Pezeshkian

Em discurso na Assembleia Geral da ONU, presidente iraniano rebate Trump e afirma que objetivo do programa do país é civil. Ele acusou EUA e Israel de violarem direitos humanos

Reprodução / ONU

Estadão Conteúdo

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, afirmou em discurso na Assembleia Geral da ONU nesta quarta-feira, 23, que o programa nuclear do país tem fins estritamente civis e que Teerã não busca desenvolver uma bomba atômica.

“O Irã precisa de energia nuclear, não de uma bomba atômica”, disse. “Israel tem bombas nucleares, mas somos nós que somos sancionados”, acrescentou.

Pezeshkian declarou ainda que a navegação livre no Estreito de Ormuz só será retomada após a suspensão das sanções contra o regime iraniano. Segundo ele, adversários do país estariam usando a rota marítima para transportar armas que seriam empregadas contra Teerã.

O líder iraniano também acusou Estados Unidos e Israel de violarem direitos humanos e afirmou que o ex-líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, foi assassinado



Cobre a guerra com EUA e Israel, Masoud Pezeshkian, disse que o Irã só está se defendendo

do “sem nenhuma base legal”. Além disso, mencionou bombardeios a uma escola que teriam matado mais de 100 crianças, atribuídos aos EUA.

“Só estamos nos defendendo, não somos terroristas”, afirmou. “Em 200 anos, o Irã nunca atacou nenhum país; apenas se defendeu.”

Enquanto o presidente do Irã discursava na ONU, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, afirmou que Washing-

ton continuará defendendo o Estreito de Ormuz para mantê-lo aberto e disse que o presidente Donald Trump mantém opções militares contra o Irã, embora esteja concentrado neste momento em ampliar a pressão econômica sobre Teerã.

Rubio afirmou que Trump dispõe de “várias opções” em relação ao Irã, inclusive militares. Segundo ele, um eventual acordo com Teerã exigirá “muito trabalho e muito tempo”. O

secretário ainda acrescentou que os EUA não colocarão a “ordem mundial” acima dos interesses nacionais.

Consequências

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, afirmou nesta quarta-feira que alertou autoridades europeias sobre as consequências de longo prazo do que classificou como apoio a “crimes de guerra” cometidos pelos Estados Unidos e por Israel em

Gaza e no Irã.

Segundo Araghchi, a advertência foi feita em encontros com a alta representante da União Europeia para Política Externa, Kaja Kallas, e outras autoridades do continente. O chanceler iraniano acusou países europeus de facilitar ações militares americanas e israelenses e disse que essa postura terá “graves consequências”.

Araghchi também criticou o secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Mark Rutte, ao afirmar que ele “já deveria ter percebido” que “curvar-se diante de um valentão jamais irá satisfazê-lo”.

A declaração foi uma reação a comentários de Rutte sobre a operação “Fúria Épica”. Segundo o chanceler iraniano, o chefe da Otan afirmou que a ofensiva não teria sido possível sem o uso da Europa como plataforma para a projeção do poder militar dos EUA e que cerca de 5 mil aeronaves decolaram de bases europeias em apoio à operação desde 28 de fevereiro.

As críticas ocorrem em meio à escalada das tensões entre Washington e Teerã.

Países sancionam facções criminosas

Doze nações se alinharam aos EUA, entre elas Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru

Estadão Conteúdo

Países latino-americanos alinharam-se aos Estados Unidos e anunciaram nesta terça-feira (22) sanções conjuntas contra facções criminosas da região, in-

cluindo o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). A iniciativa integra a coalizão Escudo das Américas, liderada por Washington e composta por 15 nações do continente.

Além dos Estados Unidos, assinam as sanções os seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guiana, Honduras,

Panamá, Paraguai, Peru e Trinidad e Tobago.

Em comunicado conjunto divulgado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos nesta terça, os governos signatários justificam que as 24 organizações classificadas no documento como “redes narcoterroristas armadas” representam uma “ameaça imediata e universalmente compartilhada” à paz, à segurança e à prosperidade

da população do Hemisfério Ocidental.

As punições previstas envolvem o bloqueio de ativos financeiros, restrições de migração e vistos para integrantes, associados e apoiadores, além do enquadramento criminal de indivíduos que prestem suporte logístico ou material a esses grupos. A aplicação das sanções ocorrerá conforme as legislações internas de cada país.

Para institucionalizar o cerco financeiro e operacional, o bloco pretende acionar o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) para convocar o Órgão de Consulta no âmbito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). A estratégia visa dar respaldo multilateral e acelerar ações coordenadas de inteligência e segurança contra o narcotráfico no continente.